

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	16
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	75
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	78
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	79
10.5 - Políticas contábeis críticas	83
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	85
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	86
10.8 - Plano de Negócios	87
10.9 - Outros fatores com influência relevante	88

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos validada pelo Comitê de Auditoria e Riscos em 26 de março de 2018, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de abril de 2018 e revisada em agosto de 2019, a qual pode ser acessada no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Além da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia possui práticas complementares de gestão de riscos fazem parte da sua administração e são constantemente revisadas com o objetivo de gerenciar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos descritos abaixo:

- **Riscos Corporativos:** abrange os principais eventos de riscos estratégicos, operacionais, financeiro, regulatório, mercado, liquidez, crédito, imagem e socioambiental que impactam as atividades ou o atendimento aos objetivos da Companhia.
- **Risco Estratégico:** possibilidade de implementar uma estratégia malsucedida ou ineficaz que fracasse em alcançar os retornos pretendidos.
- **Risco operacional:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e ambiente tecnológico, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se (a) fraudes internas e externas; (b) demandas judiciais segurança deficiente do local de trabalho; (c) práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; (d) danos a ativos físicos; e (e) aqueles que acarretem a interrupção das atividades da Companhia e falhas em sistemas e infraestruturas de tecnologia da informação.
- **Risco financeiro:** possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inexatos ou intempestivos e expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções.
- **Risco regulatório:** ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou local, podendo resultar em crescente pressão competitiva e afetar significativamente a habilidade da Companhia em administrar eficientemente seus negócios.
- **Risco de mercado:** a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).
- **Risco de liquidez:** possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Inclui a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Inclui o risco de contraparte central proveniente da atuação das câmaras da Companhia como contraparte garantidora das operações cursadas nos mercados que administra.
- **Risco de imagem:** possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.
- **Risco socioambiental:** risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

A respeito dos riscos citados acima, a Diretoria avalia se as ações praticadas são efetuadas de maneira a seguir as políticas de gerenciamento de risco estabelecidas pela Companhia, sempre com intuito de mitigar qualquer risco inerente ao seu negócio. Os riscos estratégicos e operacionais de processos e projetos são avaliados tempestivamente de forma aderente às melhores práticas das organizações sobre auditoria interna e prevenção de perdas, como a metodologia do COSO ERM “Gerenciamento dos Riscos Corporativos – Estrutura Integrada”. O COSO ERM é o modelo padrão publicado pelo *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission*, recomendado pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*, e utilizado como melhor prática de mercado para gestão de riscos corporativos. Esta metodologia suporta quatro categorias de objetivos organizacionais: (i) Estratégia – metas de alto nível, alinhadas e apoiando a missão da organização, (ii) Operações – a eficiência e eficácia da operação da Companhia, (iii) Relatórios financeiros acurados, e (iv) Aderência a leis e regulamentações – Compliance.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

A partir das diretrizes do COSO - ERM, a gestão de riscos é estruturada em seis componentes, sendo eles: (i) Ambiente Interno, (ii) Avaliação de Riscos, (iii) Tratamento de Riscos, (iv) Atividades de Controle, (v) Informação e Comunicação e (vi) Monitoramento. Cada componente está descrito abaixo:

Ambiente Interno

Estabelece o desenho, o gerenciamento, o monitoramento e a disciplina dos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia em relação à estrutura de controles internos. Os objetivos estratégicos são definidos pelo Conselho de Administração em linha com a estratégia e o apetite ao risco, o qual direciona o nível de tolerância ao risco nos processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia. Em função desses objetivos, são definidos conjuntos de estratégias para o seu cumprimento. A estrutura de gerenciamento de riscos deve assegurar que a administração possua processos para definição de objetivos e que estes estejam alinhados com a estratégia em relação ao apetite ao risco.

Avaliação de Riscos

Compreende a identificação e a análise dos riscos relevantes que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia, formando uma base para determinar como os riscos devem ser gerenciados. A Diretoria deve avaliar os eventos de risco por seu impacto e sua probabilidade de ocorrência utilizando metodologias de mensuração quantitativa e qualitativa. A avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização dos mesmos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos da Companhia. O resultado final da avaliação do risco inerente ou residual pode ser classificado como: 6 e 9 – Alto, ou 3 e 4 – Médio ou 1 e 2 – Baixo.

Tratamento de Riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Posteriormente à avaliação de riscos, é definido o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo, reduzi-lo ou transferi-lo. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia.

No processo de aceitação de riscos considera-se que o nível atual do risco está abaixo do apetite ao risco estabelecido e é assumido pela Companhia, não existindo ações definidas para seu tratamento. Nesse caso, a decisão deve ser submetida à aprovação de acordo com a alçada descrita a seguir:

Severidade do Risco Residual	Proposta de Aceitação	Alçada de Aceitação
Alto	Diretor Presidente	Conselho de Administração
Médio	Diretoria	Diretor Presidente
Baixo	Gestor Responsável	Respectiva Diretoria

A aceitação de riscos residuais classificados como alto deverá ser avaliada pelo Diretor Presidente e submetida sua aceitação ao Conselho de Administração via Comitê de Auditoria e Riscos, em linha com o nível de apetite ao risco da Companhia.

Atividades de Controle

Compreendem políticas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos definidos pela Companhia para minimizar seus riscos estão sendo observados nas atividades executadas. As atividades de controle ocorrem em todos os níveis da Companhia e abrangem atividades como aprovações, autorizações, limites de alçada, verificações, reconciliações, revisões de performance operacional, segurança de ativos e segregação de funções.

Informação e Comunicação

Representam as práticas utilizadas pela Companhia para capturar e transmitir as informações pertinentes, em formato e prazo que possibilitem a execução das responsabilidades dos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia. Dessa forma, as práticas de controle sobre os sistemas de informação devem garantir a relevância, a disponibilidade, o acesso e a exatidão das informações. As áreas de Gestão de Riscos e *Compliance* reportarão o panorama geral de riscos na Companhia ao Diretor Presidente e ao Comitê de Auditoria e Riscos para que estes possam, dentre outros objetivos:

- emitir alertas quando ações corretivas se fizerem necessárias;
- apontar áreas de risco que precisam de atenção;
- compartilhar melhores práticas;
- alertar o departamento de Auditoria Interna sobre áreas de risco, que podem precisar de revisão nos controles internos; e
- monitorar a execução dos planos de ação, prazos e seus respectivos responsáveis e ser informado quando o prazo estabelecido não for cumprido.

Monitoramento

A estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido mediante atividades recorrentes de monitoramento ou avaliações independentes periódicas, ou, ainda, por uma combinação desses dois mecanismos. As principais atividades de monitoramento incluem conciliações, acompanhamento de comunicações de agentes externos, inventários, auditorias, auto avaliações e verificação contínua. O monitoramento será realizado pelas áreas de Gestão de Riscos e *Compliance* em conjunto com a Auditoria Interna e as áreas de negócio, uma vez que as ocorrências de riscos identificados são informadas e encaminhadas à área de Gestão de Riscos para posterior inserção de dados nas matrizes de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura do gerenciamento de riscos da Companhia é diretamente composta pelas seguintes áreas: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Riscos, Comitê de Finanças, Diretoria, Diretor Presidente, Gestão de Riscos e Auditoria Interna. Além destes, também fazem parte da estrutura o Colaborador da Companhia, assim como o Gestor Responsável.

Competem a estes órgãos as seguintes responsabilidades:

- **Conselho de Administração:** (a) Definir a estratégia da Companhia para atendimento de seus objetivos de negócio; (b) definir e revisar periodicamente o apetite ao risco na condução dos negócios da Companhia; (c) aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Alto”; (d) aprovar a Política de Gestão de Riscos, assim como suas revisões; (e) aprovar os relatórios de controles internos, compliance e risco corporativo; e (f) supervisionar, com suporte dos comitês estatutários, a efetividade da estrutura e do processo de Gestão de Riscos da Companhia.
- **Comitê de Auditoria e Riscos:** (a) analisar a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, assim como quaisquer revisões, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração; (b) acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos e o cumprimento de seus objetivos; (c) supervisionar as atividades da área de Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia e de suas controladas; (d) avaliar a efetividade e a suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos operacionais; (e) monitorar a execução dos planos de ação para o tratamento dos riscos, prazos e seus respectivos responsáveis; (f) recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e (g) avaliar a Política de Gestão de Riscos da Companhia, assim como quaisquer revisões, submetendo-a para aprovação do Conselho de Administração.
- **Comitê de Finanças:** (a) aconselhar e assessorar o Conselho de Administração sobre análises que envolvam riscos financeiros da Companhia; (b) avaliar temas como: riscos de liquidez e endividamento, mercado, crédito, cambial, bem como, assessorar o Conselho de Administração na tomada de decisão com base nos resultados avaliados; e (c) recomendar e avaliar a política financeira, assim como quaisquer revisões, submetendo-a a aprovação do Conselho de Administração.
- **Diretoria:** (a) identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização; (b) propor a aceitação dos riscos classificados como “Médio” ao Diretor Presidente; (c) aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Baixo”; (d) implementar controles internos incluindo políticas, normas e limites de alçada; (e) validar os riscos inerentes à operação da Companhia levando em consideração sua relevância e sua probabilidade de ocorrência; (f) contribuir para elaboração do relatório de riscos corporativos; (g) comunicar, no menor prazo possível, a área de Gestão de Riscos sobre riscos não identificados, sejam eles novos ou não; e (h) estabelecer os planos de ação e assegurar a implementação dos mesmos.
- **Diretor Presidente:** (a) implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração; (b) respeitar as diretrizes de governança corporativa e políticas, assim como monitorar sua observância em toda a Companhia; (c) identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização; (d) propor ao Conselho de Administração o nível de apetite e tolerância ao risco da Companhia; (e) propor a aceitação dos riscos classificados como “Alto” ao Conselho de Administração; (f) aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Moderado”; (g) propor e implementar sistema de controles internos incluindo políticas e limites de alçada, alinhado ao nível de apetite e tolerância ao risco; (h) propor indicadores de sustentabilidade de suas operações, considerando fatores ambientais e sociais na execução de suas atividades; (i) patrocinar a implantação da gestão de riscos corporativos na Companhia; e (j) validar os relatórios de riscos corporativos e de controles internos.
- **Gestão de Riscos:** (a) estabelecer processo a ser utilizado na gestão de controles internos, compliance e risco corporativo; (b) coordenar e definir os padrões a serem seguidos no que tange os processos de controles internos, compliance e risco corporativo, os sistemas de suporte e as formas e a periodicidade dos seus reportes; (c)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

consolidar a avaliação de riscos da Companhia, através de relatórios periódicos que deverão ser reportados à Diretoria, Comitê de Auditoria e Riscos, Comitê de Finanças e Conselho de Administração; (d) apoiar os gestores responsáveis na definição e execução dos planos de ação e prazo necessários para tratamento dos riscos e notificar os descumprimentos de acordo com as devidas alçadas; e (e) conscientizar os gestores responsáveis sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente aos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia.

- **Auditoria Interna:** (a) prover o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e Riscos e o Diretor Presidente com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia; (b) subsidiar a área de Gestão de Riscos sobre os principais riscos e controles vigentes identificados durante suas revisões anuais por diversos processos de negócio, dentro de seu papel de avaliador independente do ambiente de controles internos e do desempenho das áreas de negócio; e (c) efetuar testes nos controles internos com objetivo de avaliar a sua efetividade.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Política de Gerenciamento de Riscos é revista quando necessário pela área de Gestão de Riscos com aprovação pelo Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades/melhorias contínuas nos controles internos.

A Companhia ainda possui um Código de Conduta Ética, que orienta a maneira como colaboradores e executivos devem conduzir suas ações no ambiente empresarial, de forma a assegurar alto nível de qualidade no relacionamento com os próprios colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, governo e sociedade em geral. Todo e qualquer colaborador da Companhia, em seu primeiro dia de trabalho, recebe o referido código e assina o “Termo de Ciência”, onde é firmado a responsabilidade da leitura.

Ademais, a Companhia tem um Canal de Denúncias fortalecido e confiável, com reforço das proteções de anonimato do denunciante, do sigilo e da integridade de toda informação fornecida e da rastreabilidade das informações relatadas. Além disso, realiza uma extensa divulgação interna e externa do canal de denúncias da Companhia. Para apuração e investigação dos casos, utilizamos a Auditoria Interna, Prevenção de Perdas, Prevenção de Fraudes, especialistas externos, dentre outros, para realizar as atividades pertinentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia possui uma Política de Gestão Financeira validada pelo Comitê de Finanças em 15 de março de 2018 e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de abril de 2018, a qual não foi divulgada pela Companhia por uma questão de estratégia interna.

A Política de Gestão Financeira apresenta as diretrizes no âmbito do gerenciamento de riscos de mercado.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da Política De Gestão Financeira é estabelecer as diretrizes e limites para a execução da Gestão Financeira da Companhia e suas coligadas e/ou controladas, visando delimitar os riscos associados a execução de operações financeiras. Cumpre ressaltar que as controladas M Pagamentos e M Cartões devem seguir, prioritariamente, as regras estabelecidas pelo Banco Central (Conglomerado Prudencial) e demais órgãos reguladores, quando aplicável, que constam dispostas em políticas internas apartadas. As estratégias financeiras têm como objetivo principal a preservação do fluxo operacional da Companhia. Desta forma, toda a gestão financeira deve ser baseada no entendimento do resultado da integração de todos os fatores de risco envolvidos.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção aos riscos de oscilações de mercado aos quais está exposta, especialmente frente ao câmbio (relacionados à importação de produtos para revenda e captações em moeda estrangeira) e frente à taxa de juros (relacionadas à operação do Cartão Marisa e do Empréstimo Pessoal, ambas concedidas em taxas pré-fixadas contra captações efetuadas a taxas pós-fixadas). Além dessas, os recursos disponíveis no caixa da Companhia estão sujeitos a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos títulos em que venham a ser aplicados.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**Risco Cambial**

A Companhia, preocupada com a volatilidade do dólar frente ao real, optou por realizar operações de hedge para suas importações, cujo objetivo é dar estabilidade à sua política comercial de produtos importados.

Como consequência, as operações de aquisição de mercadoria importada devem respeitar uma necessidade mínima de hedge para mitigar os riscos à Companhia, a qual, nos termos da sua Política de Gestão Financeira, deve revisar periodicamente um percentual de hedge mínimo e prazo (e eventual tolerância em caso de alteração nas projeções) e submeter para recomendação do Comitê de Finanças e aprovação do Conselho de Administração. Atualmente, a Companhia tem hedge para 50% de suas mercadorias importadas.

Em relação às operações de captação de recursos em moedas estrangeiras, a Política de Gestão Financeira da Companhia prevê a obrigatoriedade de se proteger em caso de contratação de uma dívida com exposição em outra moeda ou algum indexador que traga risco em detrimento de descasamentos com a receita. A proteção deve estar relacionada à totalidade do valor e prazos da parte em risco, podendo ser em moeda estrangeira ou nacional (por exemplo, Cesta de Moedas BNDES, juros pré e pós, inflação, entre outras).

A Companhia não poderá ficar com instrumentos de derivativos superiores ao lastro da exposição cambial, o que caracterizaria uma transação especulativa. O uso do derivativo deve ser com propósito de mitigar e/ou excluir riscos, e nunca deve ser utilizado para aumentar algum determinado risco.

Risco de Taxa de Juros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia entende que, apesar da concessão de crédito com taxas pré-fixadas e captação de “*funding*” a taxas pós-fixadas, os spreads praticados são amplos o suficiente para absorver eventuais variações nas taxas de captação, além do fato de que o baixo *duration* dos produtos ofertados facilita o seu rápido ajuste.

No que concerne à proteção dos recursos em caixa, a Política de Gestão Financeira da Companhia prevê que todas as aplicações financeiras devem possuir liquidez mínima de acordo com a tabela a seguir:

Liquidez	% mínimo acumulado
Imediata	25%
Até 60 dias	50%
Até 90 dias	70%
Até 180 dias	90%
Até 360 dias	100%

Exclui-se aplicações utilizadas como *cash collateral* ou dadas em garantia em dívidas ou outras operações. Para aplicações financeiras que superem 360 dias de carência, há necessidade de recomendação do Comitê de Finanças e aprovação do Conselho de Administração.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Risco Cambial

No caso de proteção de risco cambial para o fluxo de caixa, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros como *NDF* (*Non-Deliverable Forward*) padrão ou asiático, opções de compra (call) e venda (put), Futuro BM&F. Para as opções de compra e venda é vedada a venda descasada, e estruturação com opções e demais instrumentos devem ser recomendados pelo Comitê de Finanças.

No caso de proteção de risco cambial para dívida, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros como *Swap plain vanilla*, sem alavancagem, e casado com o volume e prazos/cronograma de juros e amortização da dívida. Demais instrumentos devem ser recomendados pelo Comitê de Finanças e aprovados pelo Conselho de Administração.

Risco de Taxa de Juros

Considerando o objetivo primário de preservação do valor dos ativos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, a Companhia adota atualmente apenas veículos de aplicação em renda fixa pós fixados de bancos de primeira linha, respeitando limites máximos de alocação em instituições financeiras.

Para a proteção dos recursos em caixa, a Companhia pode utilizar os seguintes instrumentos financeiros:

- títulos públicos, de alta liquidez no mercado secundário, de emissão e/ou co-obrigação do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, operações compromissadas, Certificados de Depósito Bancário (CDB), Recibos de Depósito Bancário (RDB), Box de Renda Fixa, Letras Financeiras.
- cotas de fundos de investimento aberto categoria CVM / ANBIMA referenciado DI ou Renda Fixa de categoria baixo risco, estão limitados até 45% das aplicações totais, precisam ter liquidez em até um dia (D+1). Não poderão ter alocações em ações, moeda estrangeira e não ter estratégias especulativas. Além disso, a Companhia não pode ter cotas referentes a mais que 2% do patrimônio líquido do fundo, respeitando os demais parâmetros da Política de Gestão Financeira. No fundo de categoria 1 de risco (muito baixo), podem ser aplicados até 100% do limite (45%), limitado a até 50% desse valor em apenas um fundo. Com relação a categoria 2 de risco (baixo), poderão ser aplicados no máximo até 50% do limite, ou seja, até 22,5% do caixa da Companhia;
- títulos e/ou valores mobiliários de emissão de pessoas jurídicas (não instituição financeira), tais como debêntures, commercial papers, notas promissórias e cédulas com garantia de recompra são permitidos se dentro do fundo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

aberto, e limitado até 15% na carteira de fundo. Podem ser feitas recompras de títulos da Companhia e suas coligadas e/ou controladas, de até 100% do valor da dívida; e

- Fundos de Investimentos Exclusivos podem ser estruturados com recomendação do Comitê de Finanças, atendendo os limites Política de Gestão Financeira.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os principais parâmetros utilizados para gerenciamentos de risco são:

Risco Cambial

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e empréstimos em moeda estrangeira. Atualmente, a Companhia contrata cobertura de hedge para 90% do volume total de mercadorias importadas.

Risco de Taxa de Juros

Na operação de vendas e concessão de crédito do Cartão Marisa e do Empréstimo Pessoal, a Companhia utiliza parâmetros das práticas da concorrência para acompanhamento das taxas de juros praticadas. Além de uma análise de *benchmarks* de outros participantes do mercado, a Companhia segue como parâmetro as normas do Banco Central, principalmente em sua operação de Empréstimo Pessoal.

Para gerir os recursos em caixa, a Companhia acompanha a flutuação dos principais índices de juros, a exemplo da Selic, CDI, TJPL e demais títulos pré e pós fixados.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos aos de proteção cambial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado é composta pelos órgãos apresentados a seguir com as suas respectivas responsabilidades:

- Conselho de Administração: aprovar as políticas financeiras e de quaisquer exceções, limites ou revisões nelas descritas.
- Comitê de Finanças: analisar as políticas e fazer recomendações ao Conselho de Administração, atuando também como órgão consultivo para assuntos mais críticos que envolvam aspectos descritos na Política de Gestão Financeira. O Comitê de Finanças é composto por membros de conhecimentos técnicos específicos em finanças, apontados pelo Conselho de Administração.
- Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores: aprovação e direcionamento das execuções das estratégias adotadas, garantindo o cumprimento da Política de Gestão Financeira.
- Gerência Divisão Financeira: execução e controle das operações financeiras, contratação, execução das estratégias aprovadas, seguindo os parâmetros determinados pela política e estratégias recomendadas pelo Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores e Comitê de Finanças.
- Gerência Gestão de Riscos: com reporte direto ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração, apoia a área financeira na identificação, avaliação e comunicação dos riscos envolvidos e eventuais desenquadramentos de descumprimento da Política de Gestão Financeira, conforme as alçadas descritas no item 5.1(b) deste Formulário de Referência. É responsável, também, pela elaboração mensal de mapas de descasamentos de riscos, informando ao Comitê de Finanças, Vice-Presidente de Finanças e RI, Gerência Divisão Financeira, e demais áreas ou órgãos, conforme necessidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

O programa de gerenciamento de riscos tem como princípio reduzir as incertezas e prejuízos inerentes, assim como apoiar a administração na mitigação dos riscos estratégico, operacional, financeiros de processos e projetos.

A administração da Companhia entende que o seu ambiente de controles internos se encontra preparado para prevenir e detectar fraudes e erros. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles internos a fim de aprimorá-los e mantê-los em linha com as práticas atuais de mercado.

Além disso, a Companhia ainda possui um Código de Conduta Ética, que orienta a maneira como colaboradores e executivos devem conduzir suas ações no ambiente empresarial, de forma a assegurar alto nível de qualidade no relacionamento com os próprios colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, governo e sociedade em geral. Todo e qualquer colaborador da Companhia, em seu primeiro dia de trabalho, realiza um treinamento de integração, do qual faz parte a instrução para leitura integral do Código de Conduta Ética, momento em que é assinado o “Termo de Ciência”, onde é firmado a responsabilidade da leitura.

Ademais, a Companhia vem adotando medidas e iniciativas para o fortalecimento e confiabilidade do seu canal de denúncia. Entre as ações realizadas, destaca-se a alteração do nome “Canal de Ética” para “Canal de Denúncia” e o reforço das proteções de anonimato do denunciante, do sigilo e da integridade de toda informação fornecida e da rastreabilidade das informações relatadas. Além disso, foi realizada uma extensa divulgação interna e externa do canal de denúncias da Companhia. Para apuração e investigação dos casos, utilizamos a Auditoria Interna (que é uma área independente), Prevenção de Perdas, especialistas externos, dentre outros, para realizar as atividades pertinentes.

Esforços de melhoria contínua nos controles internos são implementados sempre que oportunidades são identificadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

As ações ordinárias da Companhia estão listadas no segmento do Novo Mercado da B3 (categoria especial de listagem de companhias com o nível mais avançado de governança corporativa), de modo que a Companhia entende que os controles internos adotados para assegurar a elaboração de suas demonstrações financeiras são eficazes, confiáveis e satisfatório. A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e também está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles internos a fim de aprimorá-los e mantê-los em linha com as práticas atuais de mercado.

A Companhia busca melhorar a estrutura de governança corporativa e o aprimoramento e eficiência de seus controles internos de forma contínua. Dentre as iniciativas realizadas ou em andamento, destacam-se: (i) a implantação da estrutura de compliance e do programa de integridade; (ii) o aperfeiçoamento do canal de denúncias; (iii) a instituição de políticas relevantes; (iv) o aprimoramento das políticas e procedimentos; e (v) implementação da estrutura de Controles Internos.

Além disso, a Companhia definiu um processo de acompanhamento da implantação dos planos de ação decorrentes de deficiências identificadas da avaliação periódica da eficácia e efetividade operacional dos controles, de modo a verificar o status da implantação das melhorias nos controles e processos, bem como, identificar possíveis novos riscos.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos de cada grupo envolvido no processo de elaboração/revisão das demonstrações financeiras destacam-se as seguintes funções:

Diretor Financeiro/Administrativo

- (i) superintender e dirigir as atividades das áreas administrativas da Companhia, exceto recursos humanos;
- (ii) dirigir as áreas contábil, jurídica e de planejamento fiscal;
- (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia e de suas controladas e coligadas;
- (iv) dirigir a área financeira da Companhia, decidindo sobre captações e aplicações de recursos financeiros;
- (v)
- (vi) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas; e
- (vii) comparecer às Assembleias Gerais, para responder aos pedidos de informações eventualmente formulados pelos Acionistas.

Comitê de Auditoria e Riscos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

De acordo com o seu regimento interno, compete ao Comitê de Auditoria e Riscos:

- (i) supervisionar, fiscalizar e acompanhar as atividades dos auditores independentes no cumprimento de suas funções, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) sua adequação às necessidades da Companhia.
- (ii) verificar a qualificação dos auditores externos, incluindo a revisão dos serviços contratados pela Companhia (incluindo os de consultoria), com base em correspondência escrita, a ser submetida pelos auditores externos à Companhia, periodicamente;
- (iii) fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre a contratação ou destituição do auditor independente da Companhia para a elaboração de auditoria externa independente ou para quaisquer outros serviços;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, com poderes para requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia.
- (v) avaliar e monitorar, conjuntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (vi) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, contendo a descrição: (a) das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos; (b) das atividades, dos resultados e das conclusões alcançados pelo Comitê de Auditoria e Riscos, bem como suas recomendações; e (c) de quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria e Riscos em relação às demonstrações financeiras da Companhia.
- (vii) auxiliar o Conselho de Administração e esclarecer dúvidas e a tomar medidas com relação às recomendações dos auditores internos e externos;
- (viii) supervisionar, acompanhar e fiscalizar as áreas de: (a) auditoria interna; (b) de controles internos; e (c) de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de normas e políticas internas.
- (ix) reunir-se periodicamente, com as áreas responsáveis pela gestão de riscos, controles internos e compliance da Companhia, objetivando avaliar a efetividade dos controles internos, dos processos e das estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia e suas coligadas e/ou controladas;
- (x) avaliar, quanto aos canais de comunicação de denúncia, a estrutura, procedimentos e controles para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos, bem como as normas internas aplicáveis à Companhia, verificando a existência e efetividade de procedimentos específicos para proteção do prestador de informações e confidencialidade da informação recebida e avaliando-se quanto a permissão de acesso irrestrito, público interno e/ou externo;
- (xi) supervisionar o processo de reporte financeiro gerencial e demonstrações financeiras anuais, assegurando a propriedade e integridade dos sistemas internos adotados na preparação destes demonstrativos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- (xii) monitorar e avaliar a qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações financeiras trimestrais (ITR's), das demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis e não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, propondo recomendações, caso julgue necessário.
- (xiii) analisar demonstrações financeiras gerenciais e oficiais da Companhia, notadamente os informativos oficiais trimestrais (ITR's) e as demonstrações financeiras anuais, discutindo pontos de atenção e ajustes relevantes com a Diretoria Executiva e com auditores externos e reportando o resultado desta revisão ao Conselho de Administração;
- (xiv) revisar e recomendar alterações visando melhoria das principais práticas contábeis utilizadas nos relatórios financeiros da Companhia;
- (xv) revisar e avaliar a estratégia orçamentária anual da Companhia antes da aprovação do Conselho de Administração;
- (xvi) acompanhar a evolução de processos fiscais, trabalhistas, cíveis e outros, em que as empresas do grupo da Companhia estejam envolvidas, mantendo reuniões periódicas com advogados, auditores e consultores;
- (xvii) revisar aspectos contábeis e financeiros mais significativos;
- (xviii) entender as implicações tributárias e financeiras envolvidas com a preparação das demonstrações financeiras, revisar critérios adotados pelos gestores e recomendar possíveis ações ao Conselho de Administração;
- (xix) assegurar-se quanto à propriedade dos sistemas contábeis relacionados com fluxo de dados e informações oriundos de controladas e coligadas, tendo em conta o reflexo dessas informações nas demonstrações financeiras da Companhia;
- (xx) assegurar a existência de critérios para avaliação, mapeamento e classificação de riscos e que os controles para gestão dos mesmos sejam adotados e executados de forma eficaz;
- (xxi) avaliar, monitorar e recomendar à administração da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos internos da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;
- (xxii) reunir-se separadamente com os auditores internos e externos, contadores e diretores financeiros da Companhia para verificar as práticas contábeis e procedimentos de controles internos da Companhia;
- (xxiii) familiarizar-se com a função de processamento eletrônico (tecnologia de informações) e de transmissão de dados (telecomunicações), com os controles existentes sobre informações e sistemas e efetuar recomendações, conforme aplicável; e
- (xxiv) realizar as demais atividades e funções atribuídas ao Comitê de Auditoria e Riscos pelas políticas, regimentos, manuais e códigos da Companhia.

Gestão de Riscos

- (i) estabelecer o processo a ser utilizado na governança de controles internos, compliance e risco corporativo;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- (ii) coordenar e definir os padrões a serem seguidos no que tange os processos de controles internos, compliance e risco corporativo, os sistemas de suporte e as formas e a periodicidade dos seus reportes;
- (iii) consolidar a avaliação de riscos da Companhia, através de relatórios periódicos que deverão ser reportados à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e Riscos, ao Comitê de Finanças e ao Conselho de Administração;
- (iv) apoiar os gestores responsáveis na definição e execução dos planos de ação e prazo necessários para tratamento dos riscos e notificar os descumprimentos de acordo com as devidas alçadas; e
- (v) conscientizar os gestores responsáveis sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente aos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras e pela avaliação da eficácia dos controles internos.

Conforme descrito no item 5.3(b) acima, a eficiência dos controles internos é supervisionada pelo Diretor Financeiro/Administrativo, de forma individual, e pelo Comitê de Auditoria e Riscos, de forma colegiada e consolidada, considerando que, para este órgão, o processo de supervisão de controles internos é parte da aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Ainda assim, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade dos controles internos, que são realizados pela área de Auditoria Interna, conforme plano anual aprovado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Como resultado desse entendimento, os auditores emitiram uma carta sobre os controles internos da Companhia, em 27 de abril de 2022, com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que apontou as seguintes deficiências significativas em relação aos controles internos da Companhia:

- i.
- i. Fragilidade no controle relacionado à movimentação/ transferência de funcionários

Os auditores independentes observaram que atualmente a Companhia e suas controladas não possuem controles que visam cobrir a movimentação/ transferência de funcionários promovidos/ movimentados entre as áreas da Companhia.

A ausência deste controle potencializa o risco de acúmulo de perfis, onde os acessos pertinentes à nova função são concedidos e os antigos acessos não são devidamente revogados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Consequentemente, o risco de acessos indevidos é elevado, podendo comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade de informações chave da Companhia. Fragilidade no controle de revisão periódica de perfis sistêmicos/ acessos para colaboradores.

ii. Fragilidade no controle de revisão periódica de perfis sistêmicos/ acessos para colaboradores

Os auditores independentes observaram que atualmente a Companhia e suas controladas não possuem controles que refletem uma revisão periódica de perfis sistêmicos. Foi identificado a existência de usuários revogados de forma intempestiva, sem uma indevida investigação das ações executadas pelos mesmos no período que seu acesso permaneceu indevido.

A ausência de controles de natureza detectiva, como a revisão periódica de perfis sistêmicos/ acessos de acesso lógico, impossibilita assegurar que potenciais falhas na operação dos controles preventivos de gestão de acesso lógico, sejam detectadas e corrigidas tempestivamente e, por conseguinte os riscos de acesso lógico inapropriado endereçados. Tal como: autorizado, execução de transações indevidas e/ou a acesso a informações confidenciais.

iii. Revogação de usuários desligados do processo de gestão de acessos

Os auditores independentes observaram que atualmente a Companhia e suas controladas apresentaram fragilidades no processo de revogação de acessos à usuários desligados, que, por sua vez nos sistemas NL, CCM e SAP detalhavam estes como perfis ativos.

A ausência da revogação de acessos à usuários já desligados causa fragilidade nos Controles Gerais de IT (Gestão de Acessos, Gestão de Mudanças e Gestão de Operações de IT) e potencializam o risco de perda de confidencialidade, acesso indevido, disponibilidade e completude das informações geradas pelos sistemas, uma vez que os processos associados ao ciclo de vida do usuário e acesso dos mesmos, podem impactar em possíveis intervenções e manuseio sistêmico de forma acidental ou intencional.

iv. Fragilidade no controle de segregação de funções entre desenvolvedores e ambiente de produção

Os auditores independentes observaram que atualmente a Companhia e suas controladas apresentaram fragilidades referente à existência de perfis de profissionais com acessos simultâneos aos ambientes de desenvolvimento e produtivo, causando assim possíveis impactos em segregação de funções.

A possibilidade de acesso simultâneo em ambientes de desenvolvimento e produtivo pode causar fragilidades em processos relacionados à gestão de operações e Governança de TI, pois impactariam em transportes e aprovações de processos.(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia avaliou todas as deficiências significativas apontadas na carta de controles internos dos auditores independentes. Visando à remediação de tais deficiências, a Companhia elaborou planos de ação destinados a mitigar cada uma das deficiências significativas apontadas pelos auditores independentes, conforme descrito abaixo:

(i) Fragilidade no controle relacionado à movimentação/ transferência de funcionários

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A administração da Companhia indicou que a área de Tecnologia da Informação irá estruturar um plano de projeto e orçamento para implementação em 2022.

- (ii) Fragilidade no controle de revisão periódica de perfis sistêmicos/ acessos para Colaboradores

A administração da Companhia indicou que a área de Tecnologia da Informação irá estruturar um plano de projeto e orçamento para implementação em 2022.

- (iii) Revogação de usuários desligados do processo de gestão de acessos

A administração da Companhia indicou que a área de Tecnologia estruturou um plano de correção e revisão de acessos aos sistemas mencionados, com implementação em 2022.

- (iv) Fragilidade no controle de segregação de funções entre desenvolvedores e ambiente de produção.

A administração da Companhia indicou que a área de Tecnologia da Informação está elaborando e reestruturando os procedimentos de operacionalização e controle de acessos aos ambientes produtivos para conclusão em 2022.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui políticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) implementar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iii) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados por todos os funcionários da Companhia; e (iv) estabelecer uma cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção.

Tais práticas estão consolidadas (a) na Política de Transações com Partes Relacionadas; (b) na Política de Gerenciamento de Riscos; e, principalmente, (c) no Código de Conduta Ética da Companhia, todos os quais podem ser acessados no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são

- Auditoria interna. A Companhia conta com comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, responsáveis por apontar, classificar e acompanhar os riscos e os planos de ações decorrentes de eventuais riscos, sendo todo o trabalho acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia, conforme o caso; e
- Contratação de fornecedores. Os contratos com fornecedores da Companhia são formalizados mediante diligência prévia, que verifica questões relacionadas a licenças e autorizações legais, crédito e checagens de certidões, incluindo pesquisas no Cadastro Nacional de Empresas e Pessoas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas e Tribunal de Contas.

A Companhia reavalia os riscos e adapta as suas políticas sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia é o órgão máximo que monitora e avalia sistematicamente o funcionamento e a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Além disso, o Comitê é responsável por:

- zelar pela observância e pelo cumprimento dos princípios éticos definidos pela legislação aplicável, bem como pelas normas internas da Companhia e por seu Código de Conduta Ética;
- acompanhar as ocorrências que envolvam condutas éticas praticadas pelos colaboradores da Companhia até a sua completa solução;
- orientar a respeito de possíveis soluções para conflitos que não estejam previstos no Código de Conduta Ética vigente;
- revisar e avaliar, de forma periódica, a adequação do Código de Conduta Ética e recomendar alterações ao Conselho de Administração sempre que julgar necessário;
- monitorar, através dos relatórios de denúncias recebidas, a consistência das ações praticadas pelos administradores da Companhia em relação aos princípios estabelecidos pelo Código de Conduta Ética;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- receber e avaliar queixas e denúncias, inclusive de natureza sigilosa e confidencial, internas e externas à Companhia, realizadas através do canal de denúncia da Companhia;
- determinar as medidas necessárias e adequadas para investigação dos fatos e das informações objeto de denúncias feitas através do canal de denúncia, de forma isenta e respeitando a integridade do denunciante e do denunciado; e
- fornecer suporte consultivo para as demais questões que envolvam o cumprimento de obrigações ético legais pela Companhia.

Além disso, o Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia é responsável pelas verificações, monitoramento e revisões dos mecanismos e procedimentos de integridade. A Companhia ainda possui um canal de denúncias, conforme descrito abaixo. Para mais informações sobre os Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, ver item 12.1 deste Formulário de Referência.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia adota um Código de Conduta Ética ("**Código Marisa de Conduta Ética**"), cuja última revisão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2022. O Código de Conduta se aplica a todos os administradores, empregados e colaboradores da Companhia, abrangendo, inclusive, clientes, prestadores de serviços e fornecedores, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia.

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta ou à sua essência estão previstas na legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre advertência, suspensão, destituição da função gerencial e dispensa do empregado.

As diretrizes e orientações contidas no Código de Conduta são de conhecimento de todos os colaboradores, dirigentes, temporários, jovens aprendizes e prestadores de serviços internos da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

O Código de Conduta pode ser acessado no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com um canal de denúncias, o qual pode ser acessado através do número de telefone 0800 701 6274, e do email denuncia@marisa.com.br. Referido canal é administrado pela empresa ICTS Outsourcing (Aliant), sendo as informações captadas e informadas ao departamento de *Compliance* da Companhia.

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante, aos denunciante, o sigilo das informações e/ou denúncias. Para cada registro ou caso, há um protocolo do assunto que pode ser acompanhado dentro dos limites legais e internos de informações, cabendo ao departamento de *Compliance* da Companhia acompanhar as apurações dos fatos.

A Companhia utiliza sistemas de tecnologia da informação e procedimentos de controles internos que asseguram o sigilo e confidencialidade e restringem o acesso de terceiros não autorizados, bem como garante que nenhum funcionário, colaborador, voluntário, contratado ou demais pessoas que reportem de uma suspeita ou violação de lei, regulamento, política ou do Código de Conduta, sofrerão qualquer retaliação, sanção, ou ação negativa.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em eventuais processos de fusão, aquisição e reestruturação societárias, a Companhia atua de forma a resguardar os seus melhores interesses, sendo que os procedimentos de *due diligence* são o principal mecanismo utilizado para identificar potenciais vulnerabilidades e riscos nas transações.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia foi revisada no exercício de 2018, tendo sido validada pelo Comitê de Auditoria e Riscos em 26 de março de 2018 e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de abril de 2018, formalizando assim as práticas de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, algumas informações financeiras não são comparáveis com aquelas de 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações sobre o IFRS 16 / CPC 06(R2), ver item 10.4 do Formulário de Referência.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas nossas demonstrações financeiras sobre a situação financeira. A nossa Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um prejuízo líquido e EBITDA Ajustado de, respectivamente, R\$ 71,7 milhões e R\$ 47,0 milhões. Os investimentos em aquisição de imobilizado e ativo intangível no exercício totalizaram R\$ 81,8 milhões e a Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo circulante e não-circulante, e instrumentos financeiros, ativo circulante) em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.121,7 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um prejuízo líquido e EBITDA Ajustado recorrente de, respectivamente, R\$ 432,2 milhões e R\$ 226,5 milhões negativos. Os investimentos em aquisição de imobilizado e ativo intangível no exercício totalizaram R\$ 47,2 milhões e a Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo circulante e não-circulante, e instrumentos financeiros, ativo circulante) em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 885,6 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reportou um lucro (prejuízo) líquido e EBITDA Ajustado de, respectivamente, R\$ 112,4 milhões e R\$ 190,9 milhões, sendo que o EBITDA Ajustado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

foi superior em R\$ 87,7 milhões ao EBITDA Ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os investimentos em aquisição de imobilizado e ativo intangível no exercício totalizaram R\$ 60,0 milhões e a Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 736,5 milhões.

Adicionalmente, demonstramos abaixo os índices de liquidez da Companhia:

	Em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil, exceto índices)	2021	2020	2019
Ativo Circulante	1.777.308	1.787.275	2.375.553
Estoques	369.329	274.877	441.670
Passivo Circulante	1.430.192	1.463.232	1.546.891
Índice de Liquidez Corrente ⁽¹⁾	1,24	1,22	1,54
Índice de Liquidez Seca ⁽²⁾	0,98	1,03	1,25

(1) No período entre 31 de dezembro de 2019 e de 2021 o índice de liquidez corrente apresentou retração, passando de 1,54 em 31 de dezembro de 2019 para 1,24 em 31 de dezembro de 2021.

(2) O índice de liquidez seca também apresentou retração, passando de 1,25 em 31 de dezembro de 2019 para 0,91 em 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu principalmente em virtude do aumento de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar.

b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 foi de R\$1.420,0 milhões, R\$991,9 milhões e R\$ 999,5 milhões, respectivamente. O aumento no patrimônio líquido da Companhia deriva do aumento de capital realizado em dezembro de 2019, absorvido parcialmente pelos prejuízos dos exercícios de 2020 e de 2021.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as suas atividades. Além disso, em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a estrutura de capital da Companhia permanece estável, conforme apresentado na tabela abaixo.

A Companhia monitora sua estrutura de capital com base no índice de porcentagem de capital de terceiros, conforme abaixo:

	Em 31 de dezembro de
--	----------------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ mil, exceto %)	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.423.661	2.375.731	2.600.062
Capital próprio (patrimônio líquido)	999.524	991.923	1.420.006
Total do passivo e do patrimônio líquido (capital de terceiros + capital próprio)	3.423.185	3.367.654	4.020.068
% Capital de Terceiros	71%	71%	65%
% Capital Próprio	29%	29%	35%

c) Comentários dos Diretores sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

	Em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2021	2020	2019
Ativo Circulante	1.777.308	1.787.275	2.375.553
Passivo Circulante	1.430.192	1.463.232	1.546.891
Capital circulante líquido	347.116	324.043	828.662

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2021	2020	2019
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	4.457	107.010	155.967

A Administração entende que a geração operacional de caixa da Companhia, associada ao criterioso processo decisório para investimentos e gestão eficiente do capital de giro são suficientes para a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Além dos fatores mencionados acima, em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a gestão prudente do risco de liquidez implica na manutenção de um caixa mínimo desejável, a fim de manter um conforto na relação entre disponibilidades líquidas e compromissos financeiros assumidos.

Não obstante, a Companhia também dispõe de acesso à novos recursos, mediante captação por meio de linhas de crédito bancárias, além do próprio acesso ao mercado de capitais, se assim for desejável.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais são aplicados em nossa necessidade de capital de giro e investimentos de curto e de longo prazo, além da manutenção de nosso caixa em níveis que julgamos necessários para a execução de nossas atividades.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 4,4 milhões, representando uma variação negativa de R\$ 102,6 milhões, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, circulante e não circulante) de R\$ 1.121,6 milhões, representando um aumento de R\$ 236 milhões, se comparado a 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente, (i) às modificações contratuais em arrendamentos a pagar no decorrer do exercício de 2021, bem como (ii) em razão de maior captação de recursos com instituições financeiras conforme rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 107,0 milhões, representando uma variação negativa de R\$ 49 milhões, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, circulante e não circulante) de R\$ 885,6 milhões, representando um aumento de R\$ 149,1 milhões, se comparado a 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, (i) às modificações contratuais em arrendamentos a pagar no decorrer do exercício de 2020, bem como (ii) em razão de maior captação de recursos com instituições financeiras conforme rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado das atividades operacionais e uma Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, circulante e não circulante) de, respectivamente, R\$ 215,3 milhões e R\$ 736,5 milhões, representando aumentos de R\$ 132,1 milhões e R\$ 212,9 milhão, respectivamente, do caixa gerado nas atividades operacionais e da Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, (i) à adoção do IFRS 16, uma vez que a Companhia passou a constituir a rubrica de arrendamentos a pagar (circulante e não circulante) em R\$ 569,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões em 31 de dezembro de 2019, bem como (ii) em razão da maior alocação de capital de giro durante o período, decorrente do maior nível de vendas.

Adicionalmente, somos uma Companhia de capital aberto com ações listadas e negociadas em bolsa de valores, de forma que contamos com mais esta fonte de capital, se necessário e em linha com os interesses de nossos acionistas, para suportar nosso plano de crescimento.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. No entanto, para cobertura de eventual deficiência de liquidez para investimentos em capital de giro e ativos não-circulantes, podemos captar recursos junto ao mercado de capitais e/ou instituições financeiras. Acreditamos, portanto, que contamos com amplas e diversificadas alternativas para financiamento de nossas operações.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Modalidade	Instituição financeira	Taxa média de juros e comissões	Vencimento	Valor do saldo devedor em aberto em R\$ mil			Grau de Subordinação
				Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
Resolução nº 4.131	Banco Itaú	CDI + 1,84% a.a.	14/01/2019	-	-	-	Quirografária
FRN Votorantim	Votorantim	CDI +1,90% a.a.	12/06/2020	-	-	31.822	Garantia Fidejussória
Debêntures	Banco Bradesco, Banco do Brasil e Santander	CDI +1,95% a.a.	20/06/2021	-	-	246.044	Garantia Real
	Western Union, Santander Asset e Banco Safra				-	-	
Debêntures	Banco Itaú	CDI +4,50% a.a.	24/07/2021	-	20.231	30.000	Garantia Real
Debêntures	Banco ABC Brasil	CDI +1,80% a.a.	20/02/2021	-	19.837	55.000	Garantia Fidejussória
Finame	Banco Itaú, Banco Alfa e Banco do Brasil	5,5% a.a. a 9,5% a.a.	15/06/2020 a 15/08/2022	1.251	2.479	4.484	Garantia Real

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINEP	FINEP	TJLP + 4,0% a.a.	15/10/2023	13.576	21.327	23.578	Garantia Fidejussória
FRN Santander	Santander	122,76% do CDI	30/01/2020	-	-	27.507	Garantia Real
Nota Promissória	Safrá	113,5% a 119,7% do CDI	04/09/2019	-	-	-	Garantia Real
Nota Promissória	Safrá	CDI + 1,75% a.a.	23/01/2020 a 25/07/2022	64.396	149.205	178.886	Garantia Real
Leasing	Banco IBM e SG Equipment Finance S.A.	1,05% a.a. a 2,19% a.a. + CDI	08/03/2020 a 18/04/2020	-	-	367	Garantia Real
CDI Captação	Santander, Votorantim	126,5% a 130,0% do CDI	08/05/2019	-	-	-	Não há
Letra de Câmbio (LC)	Pulverizado PF (XP)	113,00% a 128,00% do CDI	N/A	82.400	282.506	323.451	Fundo Garantidor de Crédito
LC Pré Fixado	Pulverizado PF (XP)	4,70 % aa a 8,20% aa	N/A	17.937	16.737	-	Fundo Garantidor de Crédito
Letra Financeira (LF)	Banco ABC Brasil	123,0% do CDI	17/02/2020	-	-	28.752	Não há
CCB Padrão	Caixa Econômica Federal	100,00% CDI + 4,03% aa	19/05/2022	-	66.218	-	Garantia Real
CCB Padrão	Caixa Econômica Federal	100,00% CDI + 5,66% aa	25/08/2023	<u>50.369</u>	-	-	Garantia Real
Res. 4131	Santander	100,00% CDI + 3,60% aa	15/03/2021	-	57.660	-	Garantia Fidejussória
Res. 4131	Santander	100,00% CDI + 4,46% aa	15/03/2022	40.154	-	-	Garantia Fidejussória
Res. 4131	Bradesco	100,00% CDI + 4,78% aa	31/03/2021	49.349	-	-	Garantia Real
CCB FGI	Safrá	100,00% CDI + 3,91 % aa	04/11/2025	9.881	10.042	-	Quirografia+ Garantia FGI
CCB FGI	Daycoval	100,00% CDI + 6,80 % aa	05/11/2024	8.426	10.057	-	Garantia Real + Garantia FGI
CCB FGI	Industrial	100,00% CDI + 7,31 % aa	05/11/2024	9.833	10.060	-	Quirografia+ Garantia FGI
CCB PADRÃO	Industrial	100,00% CDI + 6,80 % aa	12/12/2022	8.073	-	-	Garantia Real
CCB FGI	Bocom BBM	100,00% CDI + 3,00 % aa	05/11/2025	9.041	10.075	-	Quirografia+ Garantia FGI
CCB FGI	Alfa	100,00% CDI + 5,50 % aa	06/11/2023	7.745	10.049	-	Garantia Real + Garantia FGI
CCB FGI	Itaubba	10,59 % aa	02/12/2024	9.049	10.121	-	Fidejussória + Garantia FGI

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CCB FGI	ABC Brasil	100,00% CDI + 5,40 % aa	25/11/2024	8.360	10.015	-	Garantia Real + Fidejussória + FGI
CCB Padrão	ABC Brasil	100,00% CDI + 4,95 % aa	25/08/2023	50.527	-	-	Garantia Real
CCB Padrão	Banco do Brasil	100,00% CDI + 3,25 % aa	24/01/2022	3.730	29.588	-	Garantia Fidejussória
CCB FIBRA	Fibra	100,00% CDI + 6,29 % aa	31/03/2023	10.005	-	-	Garantia Fidejussória
CDB Fixado	Pré	Pulverizado PF (GENIAL)	7,30% aa a 10,37% aa	N/A	803	-	Fundo Garantidor de Crédito
CDB Fixado	Pós	Pulverizado PF (GENIAL)	140,00% do CDI	N/A	596	-	Fundo Garantidor de Crédito
CDB Fixado	Pré	Pulverizado PF (BTG)	10,17 % aa a 10,44% aa	N/A	47.800	-	Fundo Garantidor de Crédito
CDB Fixado	Pós	Pulverizado PF (BTG)	120,00% a 150,00% do CDI	N/A	63.419	-	Fundo Garantidor de Crédito
CDB Fixado	Pré	Pulverizado PF (XP)	6,27% aa a 10,85% aa	N/A	58.555	41.327	Fundo Garantidor de Crédito
CDB Fixado	Pós	Pulverizado PF (XP)	126,00% a 138,00% do CDI	N/A	116.498	2.244	Fundo Garantidor de Crédito
DPGE-Fixado	Pós	20 Operações PJ (XP)	100,00% CDI + 1,70 % aa	29/09/2022	88.105	82.991	Fundo Garantidor de Crédito
Fornecedores convênio	Bradesco e Santander	-	25/03/2022	53.506			
Total				883.384	862.769	949.891	
Circulante				480.253	541.497	418.123	
Não Circulante				403.131	321.272	531.768	

ii. Garantias prestadas em empréstimos e financiamentos

Valores em aberto					
			Em 31 de dezembro de	Em 31 de dezembro de	Em 31 de dezembro de
Instituição financeira	Tipo de Garantia	Vencimento	2021	2020	2019

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco Itaú, Bradesco, Safra e Mbank	Fianças bancárias	Entre 05/11/2021 e 15/06/2024	52.768	20.253	119.629
-------------------------------------	-------------------	-------------------------------	--------	--------	---------

Abaixo seguem breves descrições dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Debêntures5ª Emissão de Debêntures

As debêntures emitidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Série Única da Companhia possuem data de emissão em 24 de janeiro de 2019. No âmbito da referida emissão foram emitidas 50.000 debêntures, cada uma com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$50.000.000,00 na data de emissão. As referidas debêntures possuem prazo de vencimento de 18 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 24 de julho de 2020 e serão amortizadas em 5 parcelas trimestrais consecutivas, a partir do 6º mês contado da data de emissão. Sobre as referidas debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 1,90% ao ano. Em 24 de abril de 2020, houve aditamento a Escritura da Emissão alterando o vencimento das parcelas de 24/04/2020 e 24/07/2020 para 26/04/2021 e alterando também a taxa para 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 4,50 ao ano. As referidas debênture contam com garantia real de cessão fiduciária (i) da totalidade dos direitos creditórios devidos em caráter de participação nos resultados auferidos, verbas de incentivo, vendas e remunerações por serviços nos termos de “Acordo de Associação”, firmado em 4 de dezembro de 2008 entre a Companhia, o Itaú Unibanco S.A., a Club e a Registrada Marcas, Patentes e Royalties Ltda., conforme aditado, de titularidade da Club; e (ii) de todos e quaisquer direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Club contra o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário, com relação à conta corrente vinculada, bem como quaisquer valores ou recursos nelas depositados e/ou a serem depositados, a qualquer tempo, independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto ou em processo de compensação bancária, bem como investimentos permitidos realizados com os valores depositados ou que venham a ser depositados em referida conta, e todos e quaisquer frutos e rendimentos decorrentes de referidos investimentos, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Conta Vinculada e Outras Avenças” celebrado em 11 de janeiro de 2019 entre a Club, a Companhia, o Itaú Unibanco S.A. e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como agente fiduciário. O saldo em aberto da referida emissão de debêntures (total do principal, custos de transação a apropriar e juros a pagar) em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 40,1 milhões. A operação foi liquidada em 26/04/2021. Para mais informações sobre as debêntures de emissão da Companhia, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

6ª Emissão de Debêntures

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Série Única da Companhia, possui data de emissão de 18 de fevereiro de 2019 e vencimento em 20 de fevereiro de 2021, com juros de 1,80% ao ano + Taxa DI e amortização em 2 parcelas anuais consecutivas ou integralmente na data de liquidação antecipada resultante de vencimento antecipado ou do resgate antecipado das debêntures. A referida emissão conta com garantia fidejussória de fiança prestada pela Club, do fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia perante os debenturistas, o que inclui, mas não se limita, ao pagamento de todo e qualquer valor devido pela Companhia em razão das debêntures, abrangendo sua amortização, remuneração, pagamento de custos e comissões, encargos e despesas da emissão e a totalidade de obrigações acessórias como, por exemplo, encargos moratórios, multas, indenizações, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do respectivo agente fiduciário, do banco liquidante e do escriturador, em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a pagar a totalidade do valor vencido das obrigações garantidas e não pago pela Companhia no prazo de até 2 dias úteis contados do recebimento de comunicação por escrito a ser enviada pelo respectivo agente fiduciário informando acerca do vencimento antecipado das debêntures. A Club sub-roga-se nos direitos de créditos dos debenturistas contra a Companhia caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança, até o limite da parcela efetivamente por ela honrada, sendo certo de que a Club somente poderá realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Companhia após o pagamento integral das obrigações garantidas. O saldo em aberto do referido contrato (total do principal, custos de transação a apropriar e juros a pagar) em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 57,0 milhões. A operação foi liquidada em 22/02/2021. Para mais informações sobre as debêntures de emissão da Companhia, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

FINAME

Os Financiamentos de Máquinas e Equipamentos do Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Alfa Investimentos S.A. e Banco do Brasil S.A. ("Finames") prestados com a Companhia foram celebrados em 28 de maio de 2015, 19 de julho de 2012 e 23 de julho de 2015, respectivamente, e possuem vencimento em 15 de junho de 2020, 15 de agosto de 2020 e 15 de agosto de 2022, respectivamente. As taxas de juros são, respectivamente, de 9,5% ao ano, 9,5 % ao ano e 5,5% ao ano. Os referidos contratos possuem, respectivamente, prazo de amortização de 36 parcelas, 54 parcelas e 96 parcelas, todas mensais. Todos os Finames contam com garantia de alienação fiduciária de equipamentos e/ou bens financiados.

FINEP

O Contrato de Financiamento entre a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep e a Companhia foi celebrado em 19 de setembro de 2019 e possui vencimento em 15 de outubro de 2023. A taxa do referido contrato é de 5% ao ano título spread, reduzidos por equalização equivalente a 1% ao ano. A amortização ocorrerá em 61 parcelas mensais e conta com garantia de fiança bancária por meio de contrato de fiança celebrado em 05 de novembro de 2020 entre o Banco Safra S.A. (fiador) e a Companhia, com vencimento em 05 de novembro de 2021. Referido contrato de fiança conta com taxa de juros remuneratório (comissão) de 2,0% ao ano e garantia em aplicação de 40% do valor original da Fiança (R\$ 16.325.666,59).

Notas Promissórias

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As notas promissórias da Companhia foram emitidas no âmbito da 1ª emissão da Companhia, em 10 series, de um total de 40 notas promissórias comerciais, sendo 4 notas comerciais por série. As notas promissórias foram emitidas em 4 de setembro de 2019 e possuem vencimento entre 23 de janeiro de 2020 e 25 de julho de 2022. A taxa de juros é de 1,75% + CDI ao ano e as notas contam com garantia de aval da Club e garantia real sobre cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados a recursos, fundos recebíveis, direitos e todos os direitos decorrentes efetuados por usuários de cartões de crédito e/ou débito das bandeiras Mastercard e Visa, bem como direitos relacionados à contas vinculadas em Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, por meio de Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças firmado entre o Banco Safra S.A., a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Para mais informações sobre as notas promissórias de emissão da Companhia, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

Letra de Câmbio – Pós Fixada

A letra de câmbio representa operação pulverizada estabelecida entre a controlada Sax S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Sax”) e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“XP”). Neste tipo de operação a Sax recebe, diariamente, o volume investido pelos clientes por meio da plataforma da XP, sendo que, em seguida, é efetuado o cadastro das operações na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados – Cetip na qual referidas operações poderão seguir com data de vencimento entre 2 e 3 anos contados a partir da data de cadastro, conforme a escolha do investidor, razão pela qual não é possível precisar data de vencimento para esse tipo de operação. Não existe qualquer garantia nas operações conforme Termo de Adesão às Condições Operacionais de Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários da XP e a taxa de juros varia entre 113,00 % e 128,00% do CDI.

CCB – Padrão Caixa Econômica Federal

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e a Caixa Econômica Federal (“CEF”) foi celebrado em 19 de maio de 2020 com vencimento em 19 de maio de 2022. A taxa do referido contrato é de 100,00% do CDI + 4,03% aa. O pagamento de Juros é mensal a partir de 19 de junho de 2020 e amortização mensal a partir de 21 de dezembro de 2020, conta com garantia fiduciária de direitos creditórios de Depósitos / Aplicação Financeira de 25% do saldo devedor. (Foi feita uma novação em 14/05/2021 conforme abaixo).

Novação do contrato entre a Marisa Lojas S/A e a Caixa Econômica Federal (“CEF”) em 14 de maio de 2021 alterando o vencimento para 15 de maio de 2023. A taxa do referido contrato é de 100,00% do CDI + 5,66% aa. O pagamento de Juros é mensal a partir de 14 de junho de 2021 e amortização mensal a partir de 14 de fevereiro de 2022, conta com garantia fiduciária de direitos creditórios de Depósitos / Aplicação Financeira de 35% do saldo devedor.

Res. 4131 – Banco Santander S/A (Brasil) LUXEMBOURG BRANCH

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Santander S/A (Brasil) LUXEMBOURG BRANCH foi celebrado em 20 de março de 2020 com vencimento em 15 de março de 2021. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 3,60% aa. O referido contrato conta Aval da Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Standby Letter of Credit emitida pelo mesmo prazo da operação através do Banco Santander Brasil S/A que cobra o comissionamento de 0,20% sobre o valor da Garantia.

Aditamento do contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Santander S/A (Brasil) LUXEMBOURG BRANCH em 15 de março de 2021 com vencimento em 15 de março de 2022. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 4,46% aa. O referido contrato conta Aval da Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda e Standby Letter of Credit emitida pelo mesmo prazo da operação através do Banco Santander Brasil S/A que cobra o comissionamento de 0,20% sobre o valor da Garantia.

Res. 4131 – Banco Bradesco S/A NEW YORK BRANCH

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Bradesco S/A NEW YORK BRANCH foi celebrado em 31 de março de 2021 com vencimento em 15 de setembro de 2023. A taxa do referido contrato é variação cambial + 1,95% a.a. + comissão stand by 2,30% a.a. foi contrato um swap onde a empresa fica ativa a variação cambial + 4,5901% a.a. e a empresa fica passiva 100% do CDI + 4,78% a.a. com pagamento de juros trimestral a partir de 29/06/2021 e principal mais juros 25/03/2022. Operação conta com garantia real na proporção de 65% do saldo devedor atualizado composto por aplicação + agenda de bandeira elo.

CCB FGI – Banco Safra S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Safra S/A foi celebrado em 04 de novembro de 2020 com vencimento em 04/11/2025. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 3,91% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 04 de dezembro de 2020 e amortização mensal a partir de 06 de dezembro de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80%(oitenta por cento).

CCB FGI – Banco Daycoval S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Daycoval S/A foi celebrado em 05 de novembro de 2020 com vencimento em 05/11/2024. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 6,80% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 07 de dezembro de 2020 e amortização mensal a partir de 07 de junho de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80%(oitenta por cento) e também com cessão fiduciária de aplicações financeiras equivalente a 20% do valor da captação.

CCB FGI – Banco Industrial S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Industrial S/A foi celebrado em 05 de novembro de 2020 com vencimento em 05/11/2024. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 7,31% aa. O primeiro pagamento de juros será em 07/06/2021 e depois semestral a partir de 05 de novembro de 2021 e amortização semestral a partir de 05 de novembro de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80%(oitenta por cento).

CCB PADRÃO – Banco Industrial S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Industrial S/A foi celebrado em 10 de Junho de 2021 com vencimento em 19/10/2021. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 6,80% aa. O pagamento de juros mensal a partir de 12/07/2021 e amortização mais juros mensais a partir de 11 de outubro de 2021, esta operação conta com garantia fiduciária de Aplicação Financeira de 25% do saldo devedor.

CCB FGI – Banco BOCOM BBM S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco BOCOM BBM S/A foi celebrado em 05 de novembro de 2020 com vencimento em 05/11/2025. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 3,00% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 07 de dezembro de 2020 e amortização mensal a partir de 06 de dezembro de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80%(oitenta por cento)

CCB FGI – Banco Alfa S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Alfa S/A foi celebrado em 06 de novembro de 2020 com vencimento em 06/11/2023. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 5,50% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 07 de dezembro de 2020 e amortização mensal a partir de 07 de junho de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80%(oitenta por cento) e também com cessão fiduciária de aplicações financeiras equivalente a 30% do valor da captação

CCB FGI – Banco Itaubba S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Itaubba S/A foi celebrado em 18 de novembro de 2020 com vencimento em 02/12/2024. A taxa do referido contrato é de 10,59% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 29 de junho de 2021 e amortização mensal a partir de 30 de agosto de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80%(oitenta por cento) e também com Aval da Max Participações Ltda.

CCB FGI – Banco ABC Brasil S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco ABC BRASIL S/A foi celebrado em 23 de novembro de 2020 com vencimento em 25/11/2024. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 5,40% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 23 de dezembro de 2020 e amortização mensal a partir de 23 de junho de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80% (oitenta por cento) e também com cessão fiduciária de aplicações financeiras da Registrada Marcas Patentes e Royalties equivalente a 20% do valor da captação

CCB Padrão – Banco ABC Brasil S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco ABC BRASIL S/A foi celebrado em 09 de março de 2021 com vencimento em 15/08/2023. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 4,95% aa. O pagamento de juros é trimestral a partir de 07 de junho de 2021 e amortização mais juros trimestral a partir de 13 de março de 2022, e garantia real sobre cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados a recursos, fundos recebíveis, direitos e todos os direitos decorrentes efetuados por usuários de cartões de crédito e/ou débito da bandeira Visa, bem como direitos relacionados à contas vinculadas em Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, por meio de Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. (equivalente a 70% do saldo devedor).

CCB Padrão - Banco do Brasil S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e a Banco do Brasil S/A (“BB”) foi celebrado em 30 de dezembro de 2020 com vencimento em 24 de janeiro de 2022. A taxa do referido contrato é de 100,00% do CDI + 3,25% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 22 de fevereiro de 2021 e amortização mensal a partir de 22 de junho de 2021, conta com aval da Club Administradora de cartões de Crédito Ltda.

CCB Padrão - Banco Fibra S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e a Banco Fibra S/A foi celebrado em 30 de dezembro de 2021 com vencimento em 31 de março de 2023. A taxa do referido contrato é de 100,00% do CDI + 6,29% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 31 de janeiro de 2022 e amortização mensal a partir de 02 de maio de 2022, conta com aval da M Cartões Adm de Crédito Ltda.

CDB (Certificado de Depósito Bancário) – Pré Fixada

A captação via Certificado de Depósito Bancário Pré Fixado representa operação pulverizada estabelecida entre a controlada M Pagamentos S.a. Crédito, Financiamento e Investimento (“Mbank”) e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“XP”), BTG PACTUAL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. (BTG) e GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS S.A. (GENIAL). Neste tipo de operação a M Pagamentos recebe, diariamente, o volume investido pelos clientes por meio das plataformas da XP, BTG e Genial, sendo que, em seguida, é efetuado o cadastro das operações na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados – Cetip na qual referidas operações poderão seguir com data de vencimento entre 2 e 3 anos contados a partir da data de cadastro, conforme a escolha do investidor, razão pela qual não é possível precisar data de vencimento para esse tipo de operação. Estas Operações contam com a Garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) onde mensalmente a M Pagamentos recolhe 0,01% sobre saldo devedor atualizado a título de contribuição. A taxa de juros para estas operações varia entre 6,27 % aa e 10,85%aa

CDB (Certificado de Depósito Bancário) – Pós Fixada

A captação via Certificado de Depósito Bancário Pós Fixado representa operação pulverizada estabelecida entre a controlada Sax S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Sax”) e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“XP”), BTG PACTUAL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. (BTG) e GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(GENIAL). Neste tipo de operação a M Pagamentos recebe, diariamente, o volume investido pelos clientes por meio das plataformas da XP, BTG e Genial, sendo que, em seguida, é efetuado o cadastro das operações na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados – Cetip na qual referidas operações poderão seguir com data de vencimento entre 2 e 3 anos contados a partir da data de cadastro, conforme a escolha do investidor, razão pela qual não é possível precisar data de vencimento para esse tipo de operação. Estas Operações contam com a Garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) onde mensalmente a M Pagamentos recolhe 0,01% sobre saldo devedor atualizado a título de contribuição. A taxa de juros para estas operações varia de 120,00% a 150,00% do CDI

LC (Letra de Câmbio) – Pré Fixada

A captação via Letra de Câmbio Pré Fixado representa operação pulverizada estabelecida entre a controlada Sax S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Sax”) e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“XP”). Neste tipo de operação a Sax recebe, diariamente, o volume investido pelos clientes por meio da plataforma da XP, sendo que, em seguida, é efetuado o cadastro das operações na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados – Cetip na qual referidas operações poderão seguir com data de vencimento entre 2 e 3 anos contados a partir da data de cadastro, conforme a escolha do investidor, razão pela qual não é possível precisar data de vencimento para esse tipo de operação. Estas Operações contam com a Garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) onde mensalmente a SAX recolhe 0,01% sobre saldo devedor atualizado a título de contribuição. A taxa de juros para estas operações varia entre 4,70 % aa e 8,20 %aa

DPGE – Depósito a Prazo Com Garantia Especial

O DPGE representa 20 (Vinte) operações estabelecidas entre a controlada Sax S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Sax”) e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“XP”). Neste tipo de operação a Sax recebeu, o volume investido pelos clientes por meio da plataforma da XP, sendo que, em seguida, é efetuado o cadastro das operações na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados – Cetip as referidas operações tem emissão a partir de 30/07/2020 e vencimento 29/09/2022. Estas Operações contam com a Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) onde mensalmente a SAX recolhe 0,03 % sobre saldo devedor atualizado a título de contribuição. A taxa de juros desta operação é de 100,00% do CDI + 1,70%aa

i. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui quaisquer outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

ii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2020 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

iii. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em virtude dos impactos causados pela pandemia do Covid-19, a Companhia renegociou instrumentos de escritura das debêntures que possuíam tais cláusulas restritivas e, com isso, a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA não precisa ser avaliada para 31 de dezembro de 2020. A renegociação referente às notas promissórias com o Banco Safra foi efetuada em 3 de fevereiro de 2021 e formalizada em AGN realizada em 17 de fevereiro de 2021, portanto, na data base 31 de dezembro de 2020, a Companhia classificou o saldo total a pagar para a rubrica de passivo circulante, conforme determina a NBC TG 26 (R3) / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Debêntures

As escrituras de emissão de debêntures vigentes exigem que a Companhia mantenha a razão entre Dívida Líquida e EBITDA em patamar inferior a 3,5 vezes ao ano, considerando-se como (a) dívida líquida, a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; e (b) EBITDA, como o lucro operacional antes dos juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses. Das Debentures vigentes em 31/12/2020 a única tinha no início esta clausula era a debênture 5ª Emissão, porém no início da pandemia a empresa aditou a escritura de emissão desobrigando o cumprimento deste indicador até o final da operação que também foi prorrogado para 26/04/2021.

5ª Emissão de Debêntures

São consideradas causas de vencimento antecipado da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia: (i) inadimplemento pela Companhia e/ou pela garantidora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debentures, nas respectivas datas de pagamento previstas na escritura ou no contrato de cessão fiduciária, conforme o caso, não sanado no prazo de um dia útil, contado da respectiva data do descumprimento; (ii) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) cisão, fusão, incorporação de ações da Companhia, da garantidora e/ou de qualquer controlada, exceto (a) nos casos de operações realizadas entre a Companhia, a garantidora ou as controladas, desde que após referida operação não haja alteração ou transferência do controle acionário da Companhia; (b) se previamente autorizado por debenturistas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para tal finalidade; ou (c) caso seja assegurado os debenturistas o direito previsto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (iv) alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia, da garantidora e/ou de qualquer das controladas, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para tal finalidade, observado que estão permitidas eventuais transferências diretas e/ou indiretas de ações de emissão da Companhia; (v) inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia, da garantidora, de qualquer controladora e/ou qualquer de suas controladas perante qualquer dos debenturistas (que não seja decorrente das debêntures), que não seja devidamente sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento; (vi) declaração de vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia, da garantidora, de qualquer controladora ou de qualquer das controladas, em relação a terceiros, em valor, individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas; (vii) não pagamento, na data de vencimento original, de obrigação financeira da Companhia, da garantidora ou de qualquer de suas controladas, em relação a terceiros, em valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas, desde que não sanadas dentro (a) dos respectivos prazos de cura previstos nos respectivos documentos; ou (b) de 3 dias úteis, caso os respectivos documentos não prevejam prazos de cura específicos; (viii) redução do capital social da Companhia em qualquer proporção, sem que haja anuência prévia de debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em assembleia geral, exceto se para absorção de prejuízos; e (ix) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão ou no contrato de cessão fiduciária, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia.

6ª Emissão de Debêntures

São consideradas causas de vencimento antecipado: (i) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia, da fiadora e/ou de qualquer controlada, exceto (a) nos casos de operações realizadas entre a Companhia, a fiadora ou as controladas, desde que após referida operação não haja alteração ou transferência do controle acionário da Companhia; (b) se previamente autorizado por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para tal finalidade; ou (c) caso seja assegurado aos debenturistas o direito previsto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) alteração ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Companhia, da Fiadora e/ou de qualquer das controladas, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para tal finalidade, observado que estão permitidas eventuais transferências diretas e/ou indiretas de ações de emissão da Companhia; (iii) resgate ou amortização de ações, distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na escritura de emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia; (iv) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou previstas nas escrituras, nas respectivas datas de pagamento, não sanado no prazo de um dia útil

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contado da data do descumprimento; (v) declaração de vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia, da fiadora, de qualquer controladora ou de qualquer das controladas, em relação a terceiro, em valor, individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00, ou o equivalente em outras moedas; (vi) não pagamento, na data do vencimento original, de obrigação financeira da Companhia, da Fiadora ou de qualquer de suas controladas, em relação a terceiros, em valor, individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00, ou equivalente em outras moedas, desde que não sanados dentro (a) dos respectivos prazos de cura previstos nos respectivos documentos ou (b) de 3 dias úteis, caso os respectivos documentos não prevejam prazos de cura específicos; (vii) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações; e (viii) redução de capital social da Companhia em qualquer proporção sem que haja anuência prévia de debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral, exceto se para absorção de prejuízos.

FINAME

Itaú Unibanco S.A.

Na Cédula de Crédito Bancário firmada com o Banco Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), são consideradas causas de vencimento antecipado: (i) falta de cumprimento pela Companhia e/ou por quaisquer avalistas coobrigados, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação, principal ou acessória, contraída junto ao Itaú Unibanco em decorrência da cédula ou em qualquer outro instrumento celebrado pela Companhia e/ou por quaisquer avalistas coobrigados com o Itaú Unibanco e/ou com qualquer outra empresa ligada/coligada/controlada e/ou controladora, de forma direta e/ou indireta, do/pelo Itaú Unibanco; (ii) se houver alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia e/ou de qualquer dos avalistas coobrigados, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia e/ou de qualquer dos avalistas coobrigados, ou ainda (iii) a incorporação, fusão ou cisão da Companhia e/ou de quaisquer dos avalistas coobrigados, sem a prévia e expressa anuência do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, exceto se a referida operação societária for realizada dentro do mesmo grupo econômico da Companhia e/ou dos avalistas coobrigados; e (iv) mudança ou alteração do objeto social da Companhia, ou de qualquer avalista coobrigado, de forma a alterar as atuais atividades principais da Companhia, ou do respectivo avalista coobrigado, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas.

Banco Alfa Investimentos S.A.

No Contrato de Abertura de Crédito firmado com o Banco Alfa de Investimentos S.A. ("Banco Alfa") são consideradas causas de vencimento antecipado: (i) o não pagamento de qualquer valor devido, no respectivo vencimento, que acarreta na rescisão do contrato e autoriza o Banco Alfa a considerar vencida a totalidade do débito, englobando valores vencidos e vincendos, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação, com direito de exigir, de imediato, a liquidação total do débito da beneficiária final; (ii) não cumprir qualquer obrigação aqui pactuada, bem como qualquer outra obrigação sua com o Banco Alfa ou com qualquer empresa do conglomerado alfa; e (iii) sofrer modificação na sua composição acionária, no seu controle direito ou indireto, reorganização societária (fusão, cisão, incorporação, transformação) e/ou alteração de seu objeto social que coloque em risco o seu crédito.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco do Brasil S.A.

No Contrato de Abertura de Crédito Fixo firmado com o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") são consideradas causas de vencimento antecipado: (i) transferirem o controle de seu capital sem a expressa concordância do financiador, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela financiada que importarem violação das obrigações assumidas no financiamento; (ii) se a Companhia não pagar pontualmente quaisquer das prestações previstas neste instrumento, ou se não dispuser de saldo suficiente, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o Banco do Brasil promova os lançamentos contábeis destinados às suas respectivas liquidações, poderá o Banco do Brasil considerar vencidas antecipadamente, de pleno direito, todas as demais parcelas ainda vincendas, e exigir o total da dívida delas resultante, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, caso a prestação em atraso não seja paga no prazo máximo de até 05 dias úteis a partir de seu vencimento original.

FINEP

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

No Contrato de Financiamento, firmado com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, são consideradas causas de vencimento antecipado: (i) alteração do controle efetivo, direito ou indireto, da Companhia, sem prévia e expressa anuência da FINEP; e (ii) inadimplemento, por parte da Companhia, de outras obrigações assumidas no contrato.

Banco Santander (Brasil) S.A.

No contrato firmado com o Banco Santander (Brasil) S.A. e a Club, são consideradas hipóteses de vencimento antecipado: (i) a mudança de controle da Contratante; (ii) a situação em que a Contratante não cumpra com qualquer das obrigações do contrato; e (iii) não pagamento da dívida principal do contrato; (iv) um pedido é feito ou uma resolução efetiva é aprovada para intervenção, liquidação, insolvência ou dissolução ou a Contratante deixe de continuar os seus negócios ou operações, exceto com a finalidade e após uma reconstrução, fusão, reorganização, incorporação ou cisão, segundo a qual todos os ativos e empreendimentos relevantes (incluindo as obrigações representadas nesta nota) são assumidos pelo sucessor da Contratante; e (v) a Contratante, suas afiliadas ou o garantidor devem ter adimplido o pagamento do principal ou dos juros de qualquer um dos seus respectivos endividamentos, quando vencidos, seja por vencimento programado, pré-pagamento, demanda ou exigido de qualquer outro modo, ou qualquer outro incumprimento deve ter ocorrido nos termos de qualquer instrumento ou acordo que comprove ou estabeleça termos e condições aplicáveis a qualquer um dos seus respectivos endividamentos, ou qualquer outro evento que ocorra ou exista condição, se o efeito de tal inadimplência, condição ou evento for causar ou permitir que o titular ou titulares de tal endividamento (ou qualquer pessoa agindo em nome desse titular ou desses titulares) faça com que esse endividamento se torne vencido antes de sua data de vencimento, ultrapassando o valor mínimo de R\$ 10.000.000,00.

Nota Promissória

Na nota promissória emitida pela Companhia são consideradas causas de vencimento antecipado: (i)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

inadimplemento, pela Companhia e/ou pela avalista, de qualquer obrigação pecuniária relativa às notas promissórias e/ou previstas nas cédulas e/ou no contrato de cessão fiduciária, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (ii) cisão, fusão, incorporação de ações e/ou quotas, conforme aplicável, ou qualquer forma de reorganização societária direta ou indireta envolvendo a Companhia, a avalista e/ou qualquer controlada, ou ainda a transformação do tipo societário da Companhia, exceto se tal operação mantiver a Companhia, como controladora do grupo econômico ou previamente autorizado por titulares de notas promissórias representando, no mínimo, 50% mais uma das notas promissórias em circulação; (iii) qualquer alteração do controle societário direto ou indireto da Companhia; (iv) qualquer alteração do controle societário direto ou indireto da avalista, exceto se mantida a Companhia como, pelo menos, controladora indireta da avalista; (v) redução do capital social da Companhia e/ou da avalista sem o expresse consentimento dos titulares das notas promissórias, representando, no mínimo 75% do total das notas promissórias em circulação, reunidos em assembleia geral, exceto se para absorção de prejuízos; (vi) declaração de vencimento antecipado de obrigação financeira da Companhia e/ou da avalista e/ou de qualquer controlada (ainda na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 10.000.000,00; e (vii) alteração do objeto social da Companhia e/ou da avalista.

g) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Abaixo segue quadro consolidado dos limites de utilização dos financiamentos contratados por instituição financeira em 31 de dezembro de 2021:

Instituição	Limite de Crédito	Debêntures	NP	Fiança e Seguro Garantia	Capital de Giro	Outros	% Utilizado em 31 de Dezembro de 2021
Itaubba	61.000			31.949	10.288	211	70%
CEF	51.000			0	50.369	0	99%
Banco do Brasil	73.000			0	3.775	31.654	49%
Bradesco	200.000			1.275	50.156	142.893	97%
Santander	124.000			0	40.150	37.065	62%
Safra	137.000		64.708	16.280	9.881	0	66%
ABC	60.500			0	58.888	0	97%
Daycoval	33.000			0	8.426	24.453	100%
Alfa	10.000			0	7.745	0	77%
Fibra	10.000			0	10.005	0	100%
Indusval	10.000			0	0	0	0%
Swiss RI	82.000			6.140	0	0	7%
BIB	30.000			0	17.906	11.098	97%
BBM	10.000			0	9.040	0	90%
Finep	18.800			0	13.575	0	72%
JNS	5.000			2.340	0	0	47%
SEGUROS							

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

JUNTO	5.000	1.980	0	0	40%
Fator	250.000	223.986	0	0	90%
Austral	10.000	2.601	0	0	26%
Potencial	100.000	28.725	0	0	29%

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado com os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	2.525.448	100,00%	2.139.417	100,00%	18,04%
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços	-1.344.361	-53,23%	-1.341.204	-62,69%	0,24%
Lucro Bruto	1.181.087	46,77%	798.213	37,31%	47,97%
Receitas (Despesas) Operacionais	-1.176.284	-46,58%	-1.091.034	-51,00%	7,81%
Despesas com vendas	-648.276	-25,67%	-559.702	-26,16%	15,83%
Despesas gerais administrativas	-230.536	-9,13%	-217.271	-10,16%	6,11%
Despesas com depreciação e amortização	-276.204	-10,94%	-298.404	-13,95%	-7,44%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-21.268	-0,84%	-15.657	-0,73%	35,84%
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	4.803	0,19%	-292.821	-13,69%	-101,64%
Despesas financeiras	-187.106	-7,41%	-167.121	-7,81%	11,96%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas financeiras	29.409	1,16%	24.850	1,16%	18,35%
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-152.894	-6,05%	-435.092	-20,34%	-64,86%
Imposto de Renda e Contribuição Social	81.140	3,21%	2.896	0,14%	n.s.
Corrente	84.124	3,33%	-613	-0,03%	n.s.
Diferido	-2984	-0,12%	3.509	0,16%	-185,04%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-71.754	-2,84%	-432.196	-20,20%	-83,40%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia sofreu um aumento de 18,0%, alcançando R\$ 2.525,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 2.139,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação é decorrente da reabertura gradativa das lojas que foram fechadas tanto no ano de 2020 quanto no início de 2021 devido à pandemia do Covid-19. Em 2021, a Companhia também acelerou a estratégia de ampliação das vendas digitais, que contribuíram para o aumento da receita do varejo em 2021.

Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços da Companhia mantiveram-se praticamente estáveis, com aumento de 0,2% ou R\$ 3,2 milhões, passando de R\$ 1.344,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1.341,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apesar do aumento no custo de insumos, custo de funding, e desvalorização da moeda nacional.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto da Companhia refletiu um aumento de 48,0% ou R\$ 389,2 milhões, passando de R\$ 1.181,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 798,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de lucro nas operações de varejo e de produtos financeiros, tanto em função da retomada de atividades do varejo após o impacto da pandemia COVID-19 no ano anterior, quanto do objetivo estratégico de redução estrutural de estoques resultando em uma menor necessidade de remarcações de produtos no varejo.

Receitas (Despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais da Companhia variaram 7,8%, alcançando uma despesa de R\$ 1.176,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma despesa de R\$ 1.091,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos nos itens “despesas com vendas” e “despesas gerais administrativas” abaixo.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia tiveram um aumento de 15,8%, alcançando R\$ 648,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 559,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, refletindo um aumento de investimentos em ações de marketing e nas estruturas para suportar as operações digitais da Companhia e evolução do APP. Vale destacar que isso foi possível devido as diversas ações adotadas para redução estrutural das despesas durante o ano anterior.

Despesas gerais administrativas

As despesas gerais administrativas da Companhia sofreram um aumento de 6,1%, alcançando R\$ 230,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 217,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta aumento ocorreu em uma taxa menos acelerada que o crescimento da receita líquida da Companhia, principalmente, devido às iniciativas da Companhia para maiores ganhos de eficiência, como renegociações de contratos e redução de despesas com pessoal em função da redução do quadro de colaboradores e reorganização de posições que ocorreram no ano anterior.

Despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16)

As despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16) da Companhia tiveram uma redução de 7,4%, alcançando R\$ 276,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 298,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido a contenção de investimentos no parque de lojas atuais da Companhia em 2021 para preservação de caixa durante o período de retomada mais tímida das atividades após a reabertura de lojas.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da Companhia alcançaram uma despesa de R\$21,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma despesa de R\$ 15,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido principalmente a maiores despesas com participação de empregados na Controladora e créditos de vale troca vencidos e seguros cancelados.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia apresentou uma receita de R\$ 4,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a um resultado negativo de R\$ 292,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação é decorrente, principalmente, da normalização das operações de varejo e crédito, refletidos no aumento de lucro bruto, além dos ganhos de eficiência operacional que permitiu a Companhia diluir despesas operacionais conforme o descrito acima nos tópicos “despesas com vendas”, “despesas gerais administrativas”.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$ 20,0 milhões ou aumento de 12,0%, representando uma despesa financeira de R\$ 187,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma despesa financeira de R\$ 167,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao maior impacto de AVP na linha de Fornecedores no balanço patrimonial.

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$ 4,6 milhões ou aumento de 18,4%, representando uma receita financeira de R\$ 29,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma receita financeira de R\$ 24,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo aumento de juros ativos e variação monetária /cambial no período de 2021.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia teve uma redução de R\$ 282,2 milhões ou 64,9%, alcançando um prejuízo de R\$ 152,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a um prejuízo de R\$ 435,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de prejuízo ocorreu como resultado principal dos reflexos da pandemia do Covid-19 mencionados nos tópicos acima.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente da Companhia alcançou uma receita de R\$ 84,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma despesa de R\$ 613 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. No terceiro trimestre de 2021, a companhia registrou R\$90,1 milhões de reversão de parte do IR e CSLL – tributação sobre a parcela SELIC – originalmente incidente sobre o crédito de PIS/COFINS de R\$820 milhões registrados em dezembro de 2018.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido da Companhia alcançando uma despesa de R\$ 3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma receita de R\$ 3,5 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A variação deve-se principalmente a compensação em 2021 de prejuízo fiscal do IRPJ e base negativa de CSLL em 2020 das controladas M PAGAMENTOS e M CARTÕES.

Prejuízo Líquido do Período

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou uma diminuição de prejuízo de R\$ 360,4 milhões, passando de um prejuízo de R\$ 432,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para um prejuízo de R\$ 71,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2021. Essa diminuição de prejuízo ocorreu como resultado principal da gradual normalização de vendas, melhoria do lucro bruto e eficiência em termos de despesas operacionais do varejo, assim como os resultados da operação do Mbank voltando a patamares próximos aos resultados do período pré-pandemia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado com os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	2.139.417	100,00%	2.882.422	100,00%	-25,78%
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços	-1.341.204	-62,69%	-1.550.943	-53,81%	-13,52%
Lucro Bruto	798.213	37,31%	1.331.479	46,19%	-40,05%
Receitas (Despesas) Operacionais	-1.091.034	-51,00%	-1.264.547	-43,87%	-13,72%
Despesas com vendas	-559.702	-26,16%	-688.652	-23,89%	-18,72%
Despesas gerais administrativas	-217.271	-10,16%	-248.987	-8,64%	-12,74%
Despesas com depreciação e amortização	-298.404	-13,95%	-327.990	-11,38%	-9,02%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-15.657	-0,73%	1.082	0,04%	-1547,04%
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	-292.821	-13,69%	66.932	2,32%	-537,49%
Despesas financeiras	-167.121	-7,81%	-181.811	-6,31%	-8,08%
Receitas financeiras	24.850	1,16%	34.935	1,21%	-28,87%
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-435.092	-20,34%	-79.944	-2,77%	444,25%
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.896	0,14%	-32.417	-1,12%	-108,93%
Corrente	-613	-0,03%	-31.334	-1,09%	-98,04%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Diferido	3.509	0,16%	-1.083	-0,04%	-424,01%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-432.196	-20,20%	-112.361	-3,90%	284,65%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia sofreu uma redução de 25,8%, alcançando R\$ 2.139,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 2.882,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação é decorrente dos reflexos da pandemia do Covid-19, sendo que a partir de março de 2020 ocorreu o fechamento de todas as lojas da Companhia, com reabertura gradativa meses depois e ainda com restrição de horário. Em 2020, a Companhia acelerou a estratégia de ampliação das vendas digitais, além do encerramento das operações de lojas com margem de contribuição deficitária.

Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços da Companhia sofreram uma redução de 13,5% ou R\$ 209,7 milhões, passando de R\$ 1.550,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1.341,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, também impactadas pela pandemia do Covid-19. Embora com redução comparado ao exercício anterior, o aumento no custo dos estoques proporcional às vendas deve-se à busca por melhoria de qualidade dos produtos da operação de varejo, como estilo, tecidos e acabamento, para oferecer coleções mais aderentes ao perfil de clientes da Companhia e permitir um maior volume de vendas da Companhia, além do impacto nas importações frente à alta do dólar.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto da Companhia refletiu uma redução de 40,0% ou R\$ 533,2 milhões, passando de R\$ 1.331,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 798,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação é decorrente das promoções e campanhas de liquidação de estoques efetuadas em 2020, com o objetivo estratégico de cumprir com uma redução estrutural de estoques e impulsionar as vendas mesmo frente à pandemia do Covid-19.

Receitas (Despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais da Companhia variaram 13,7%, alcançando uma despesa de R\$ 1.091,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma despesa de R\$ 1.264,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos nos itens “despesas com vendas” e “despesas gerais administrativas” abaixo.

Despesas com vendas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas com vendas da Companhia tiveram uma redução de 18,7%, alcançando R\$ 559,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 688,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, refletindo as diversas ações adotadas para redução estrutural das despesas durante o ano, com destaque para renegociações de contratos de aluguéis, redução de despesas com pessoal em função da redução do quadro de colaboradores e reorganização de posições.

Despesas gerais administrativas

As despesas gerais administrativas da Companhia sofreram uma redução de 12,7%, alcançando R\$ 217,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 249,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta redução ocorreu, principalmente, devido às iniciativas da Companhia para maiores ganhos de eficiência, o qual tinha por objetivo adequar os níveis de despesas da Companhia aos níveis atuais de receita, além das renegociações de contratos e redução de despesas com pessoal em função da redução do quadro de colaboradores e reorganização de posições.

Despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16)

As despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16) da Companhia tiveram uma redução de 9,0%, alcançando R\$ 298,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 328,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao encerramento de lojas que estavam com margem de contribuição deficitária.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da Companhia alcançaram uma despesa de R\$15,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma receita de R\$ 1,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento da provisão para riscos e baixas de itens de estoque de suprimentos, além de baixas relativas a imobilizado decorrente do encerramento de algumas lojas.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia apresentou uma variação negativa de R\$ 359,7 milhões, representando uma despesa de R\$ 292,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma receita de R\$ 66,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação é decorrente, principalmente, dos reflexos da pandemia do Covid-19, sendo que a partir de março de 2020 ocorreu o fechamento de todas as lojas da Companhia, com reabertura gradativa meses depois e ainda com restrição de horário, em conjunto com o descrito acima nos tópicos “despesas com vendas”, “despesas gerais administrativas”, “despesas com depreciação e amortização” e “outras receitas (despesas)”.

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram uma redução de R\$ 14,7 milhões ou redução de 8,1%,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

representando uma despesa financeira de R\$ 167,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma despesa financeira de R\$ 181,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao menor impacto de AVP em função da redução da linha de Fornecedores no balanço patrimonial, atenuado pelo aumento de juros e correção monetária em função do aumento de endividamento da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram uma redução de R\$ 10,1 milhões ou redução de 28,9%, representando uma receita financeira de R\$ 24,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma receita financeira de R\$ 34,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, pela variação monetária/cambial no período de 2019, referente à correção dos créditos fiscais reconhecidos no período e ao baixo impacto da correção das aplicações financeiras em 2020.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia teve um aumento de R\$ 355,1 milhões ou 444,2%, alcançando um prejuízo de R\$ 435,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um prejuízo de R\$ 79,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de prejuízo ocorreu como resultado principal dos reflexos da pandemia do Covid-19 mencionados nos tópicos acima.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente da Companhia sofreu uma redução de R\$ 30,7 milhões ou 98,0%, alcançando uma despesa de R\$ 613 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma despesa de R\$ 31,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo prejuízo tributável devido aos impactos mencionados sobre a redução de receitas e maiores custos dos produtos, devido à pandemia do Covid-19.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido da Companhia teve um aumento de R\$ 4,6 milhões, alcançando uma receita de R\$ 3,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa de R\$ 1,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, pela constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa nas controladas SAX e CLUB, atenuados pela diminuição das diferenças temporárias em 2020.

Prejuízo Líquido do Período

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 432,2 milhões, o que ocasionou um aumento de prejuízo de R\$ 319,8 milhões, passando de um prejuízo de R\$ 112,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para um prejuízo de R\$ 432,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de prejuízo ocorreu como resultado principal dos reflexos da pandemia do Covid-19 mencionados anteriormente nos tópicos acima

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

referente à demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	2.882.422	100,00%	2.764.130	100,00%	4,28%
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços	-1.550.943	-53,81%	-1.529.873	-55,30%	1,38%
Lucro Bruto	1.331.479	46,19%	1.234.257	44,70%	7,88%
Receitas (Despesas) Operacionais	-1.264.547	-43,87%	-954.258	-34,50%	32,52%
Despesas com vendas	-688.652	-23,89%	-923.172	-33,40%	-25,40%
Despesas gerais administrativas	-248.987	-8,64%	-256.839	-9,30%	-3,06%
Despesas com depreciação e amortização	-327.990	-11,38%	-137.906	-5,00%	137,84%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.082	0,04%	363.659	13,20%	-99,70%
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	66.932	2,32%	279.999	10,10%	-76,10%
Despesas financeiras	-181.811	-6,31%	-133.248	-4,80%	36,45%
Receitas financeiras	34.935	1,21%	406.497	14,70%	-91,41%
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-79.944	-2,77%	553.248	20,00%	-114,45%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-32.417	-1,12%	-524.885	-19,00%	-93,82%
Corrente	-31.334	-1,09%	-184.816	-6,70%	-83,05%
Diferido	-1.083	-0,04%	-340.069	-12,30%	-99,68%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-112.361	-3,90%	28.363	1,00%	-496,15%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia teve um aumento de 4,3%, alcançando R\$ 2.882,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 2.764,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento ocorreu, principalmente, devido a um maior volume de vendas da Companhia graças às coleções e precificação mais aderentes ao perfil de clientes da Companhia e marketing assertivo realizado no período.

Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços da Companhia tiveram um aumento de 1,4% ou R\$ 21,1 milhões, passando de R\$ 1.529,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1.550,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento ocorreu, principalmente, devido à melhoria de qualidade dos produtos da operação de varejo, como estilo, tecidos e acabamento, o que impacta negativamente o custo dos produtos, para oferecer coleções mais aderentes ao perfil de clientes da Companhia e permitir um maior volume de vendas da Companhia.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto da Companhia refletiu um aumento de 7,9% ou R\$ 97,2 milhões, passando de R\$ 1.234,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1.331,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de lucro nas operações de varejo e de crédito pessoal, principalmente em função do maior fluxo em loja no período, e consequente maior volume de vendas.

Receitas (Despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais da Companhia variaram 32,5%, alcançando uma despesa de R\$ 1.264,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa de R\$ 954,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos nos itens “Depreciação e Amortização” e “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, além dos impactos positivos destacados em “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia sofreram uma redução de 25,4%, alcançando R\$ 688,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 923,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução ocorreu, principalmente, devido ao processo de fechamento de lojas durante o final de 2018 e 2019 em decorrência da decisão da administração da Companhia em readequar sua estrutura de despesas a um nível mais aderente a sua receita, tendo sido realizado o fechamento de 17 unidades durante o período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas gerais administrativas

As despesas gerais administrativas da Companhia tiveram uma redução de 3,1%, alcançando R\$ 249,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 256,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução ocorreu, principalmente, devido às iniciativas do Projeto *Rightsizing*, o qual tinha por objetivo adequar os níveis de despesas da Companhia aos níveis atuais de receita. Dessa forma, houve renegociação das despesas com aluguéis, o que impactou positivamente a rubrica de Despesas locatícias e comunicação no período.

Despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16)

As despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16) da Companhia tiveram um aumento de 137,8%, alcançando R\$ 328,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 137,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento ocorreu, principalmente, devido (i) à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, com o impacto de R\$ 209,5 milhões nas despesas com depreciação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, uma vez que as despesas com aluguel a partir de então são contabilizadas como depreciação e despesas com juros, e (ii) ao fechamento de lojas em decorrência do Projeto *Rightsizing*.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da Companhia variaram 99,7%, alcançando uma receita de R\$ 1,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma receita de R\$ 363,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos durante o período de 2018, referentes ao trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal da ação referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, o que impactou positivamente o resultado do período.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia apresentou uma variação de R\$ 213,1 milhões ou 76,1%, representando uma receita de R\$ 66,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma receita de R\$ 280,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos nos itens “Depreciação e Amortização” e “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, além dos impactos positivos destacados em “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”.

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$ 48,6 milhões ou 36,5%, representando uma despesa financeira de R\$ 181,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa financeira de R\$ 133,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu, principalmente, pela adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, o qual impactou negativamente as despesas financeiras, uma vez que as despesas com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aluguel de lojas a partir de então são contabilizadas como depreciação e despesas com juros. Para mais informações sobre o IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram uma redução de R\$ 371,6 milhões ou 91,4%, representando uma receita financeira de R\$ 34,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma receita financeira de R\$ 406,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu, principalmente, pela variação monetária/cambial no período de 2018, referente à correção dos créditos fiscais reconhecidos no período.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia apresentou uma redução de R\$ 633,2 milhões ou 114,4%, alcançando um prejuízo de R\$ 79,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um lucro de R\$ 553,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à assimetria de base comparável, uma vez que em 2018 foram reconhecidos créditos fiscais, em virtude do trânsito em julgado no STF da ação referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, e aos impactos da adoção do IFRS 16 em 2019, que levaram a um resultado menor em R\$ 21,5 milhões em 2019. Para mais informações sobre o IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente da Companhia apresentou uma redução de R\$ 492,5 milhões ou 93,8%, alcançando uma despesa de R\$ 32,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa de R\$ 524,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo prejuízo antes dos impostos no período.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido da Companhia apresentou uma redução de R\$ 339,0 milhões ou 99,7%, alcançando uma despesa de R\$ 1,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa de R\$ 340,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo efeito de reversão do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais não reconhecidos em 2018.

Prejuízo Líquido do Período

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 112,4 milhões, redução de R\$ 140,7 milhões, passando de um lucro de R\$ 28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para um prejuízo de R\$ 112,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de prejuízo ocorreu como resultado do descrito acima referente à demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Ativo Circulante	1.777.308	51,92%	1.787.275	53,07%	-0,56%
Caixa e equivalentes de caixa	261.974	7,65%	526.932	15,65%	-50,28%
Títulos e valores mobiliários	31.085	0,91%	388	0,01%	7911,60%
	3.367	0,10%	0	0,00%	100,00%
Contas a receber de clientes	860.755	25,14%	705.175	20,94%	22,06%
Estoques	369.329	10,79%	274.877	8,16%	34,36%
Tributos a recuperar	187.258	5,47%	180.988	5,37%	3,46%
Outros créditos	63.540	1,86%	98.915	2,94%	-35,76%
Ativo Não circulante	1.645.877	48,08%	1.580.379	46,93%	4,14%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.482	2,03%	74.817	2,22%	-7,13%
Tributos a recuperar	638.297	18,65%	560.554	16,65%	13,87%
Outros créditos	3.496	0,10%	0	0,00%	100,00%
Depósitos judiciais	134.024	3,92%	142.035	4,22%	-5,64%
Títulos e valores mobiliários	45.693	1,33%	34.271	1,02%	33,33%
Imobilizado	113.188	3,31%	133.326	3,96%	-15,10%
Intangível	116.081	3,39%	97.234	2,89%	19,38%
Ativo de direito de uso	525.616	15,35%	538.142	15,98%	-2,33%
TOTAL DO ATIVO	3.423.185	100,00%	3.367.654	100,00%	1,65%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	1.430.192	41,78%	1.463.232	43,45%	-2,26%
Fornecedores	358.473	10,47%	366.543	10,88%	-2,20%
Fornecedores convênio	122.678	3,58%	107.387	3,19%	14,24%
Empréstimos e financiamentos	480.253	14,03%	541.497	16,08%	-11,31%
Arrendamentos a pagar	171.119	5,00%	164.908	4,90%	3,77%
Salários, provisões e contribuições sociais	77.512	2,26%	69.165	2,05%	12,07%
Tributos a recolher	76.157	2,22%	63.214	1,88%	20,47%
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar	25.946	0,76%	18.358	0,55%	41,33%
Instrumentos financeiros	29	0,00%	6.913	0,21%	-99,58%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.606	0,05%	297	0,01%	440,74%
Receita diferida	8.013	0,23%	16.714	0,50%	-52,06%
Outras obrigações	108.406	3,17%	108.236	3,21%	0,16%
Passivo Não circulante	993.469	29,02%	912.499	27,10%	8,87%
Empréstimos e financiamentos	403.131	11,78%	321.272	9,54%	25,48%
Arrendamentos a pagar	408.484	11,93%	419.555	12,46%	-2,64%
Instrumentos financeiros	778	0,02%	0	0,00%	100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.144	0,03%	0	0,00%	100,00%
Provisões para litígios e demandas judiciais	146.750	4,29%	125.484	3,73%	16,95%
Receita diferida	27.085	0,79%	24.157	0,72%	12,12%
Outras obrigações	6.097	0,18%	22.031	0,65%	-72,33%
Patrimônio Líquido	999.524	29,20%	991.923	29,45%	0,77%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.423.185	100,00%	3.367.654	100,00%	1,65%

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento no total do ativo de 1,65% ou R\$ 55,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia refletiu uma redução de 0,56% ou R\$ 9.967 milhões, passando de R\$ 1.787,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.777,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo nos itens “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber” e “Estoques”.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalente de caixas da Companhia apresentou uma redução de 50,28% ou R\$ 265,0 milhões, passando de R\$526,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 262,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao impacto da pandemia nos resultados da Companhia os quais foram em parcialmente mitigados pela liberação de capital de giro.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021, as contas a receber da Companhia sofreram um aumento de 22,06% ou R\$ 155,6 milhões, passando de R\$ 705,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 860,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à retomadas de vendas de final de ano e oscilações nos níveis de inadimplência.

Estoques

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, os estoques da Companhia tiveram um aumento de 34,36% ou R\$ 94,5 milhões, passando de R\$ 274,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 369,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à estratégia da Companhia em recompor o nível de estoque que havia sido impactado pelos desdobramentos da pandemia do Covid-19 no final de 2020.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2021, os tributos a recuperar da Companhia sofreram um aumento de 3,46% ou R\$ 6,3 milhões, passando de R\$ 180,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 187,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação, analisada em conjunto com o saldo de tributos a recuperar no não circulante, ocorreu principalmente, pelos créditos tributários relativos à não incidência de IR e CS sobre atualização pela Selic e pela não incidência de imposto previdenciário sobre salário maternidade e auxílio doença.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante da Companhia sofreu um aumento de 4,14% ou R\$ 65,5 milhões, passando de R\$ 1.580,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.645,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos abaixo, com destaque para os itens “Tributos a recuperar”, “Títulos e valores mobiliários”, “Imobilizado” e “Intangível”.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2021, os tributos a recuperar da Companhia sofreram um aumento de 13,87% ou R\$ 77,7 milhões, passando de R\$ 560,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 638,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação, analisada em conjunto com o saldo de tributos a recuperar no circulante, ocorreu principalmente, pelos créditos tributários relativos à não incidência de IR e CS sobre atualização pela Selic e pela não incidência de imposto previdenciário sobre salário maternidade e auxílio-doença, parcialmente atenuada pelas compensações no ano relativas a PIS/COFINS.

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021, os títulos e valores mobiliários da Companhia sofreram um aumento de 33,33% ou R\$ 11,4 milhões, passando de R\$ 34,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 45,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido às captações de dívidas com garantia em cash-collateral, uma vez que houve amortização ou renegociação de grande parte de tais dívidas.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o imobilizado da Companhia sofreu uma redução de 15,10% ou R\$ 20,1 milhões, passando de R\$ 133,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 113,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à depreciação do exercício, parcialmente atenuada pelas reformas de quatro lojas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangível

Em 31 de dezembro de 2021, o intangível da Companhia teve um aumento de 19,38% ou R\$ 18,8 milhões, passando de R\$ 97,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 116,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao desenvolvimento em andamento das plataformas digitais do varejo e MBANK como o aplicativo, sistemas relacionados à multicanalidade, robotização e automação de processos.

Ativo de direito de uso

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo de direito de uso da Companhia sofreu uma redução de 2,33% ou R\$ 12,5 milhões, passando de R\$ 538,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 525,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu devido à amortização do período, atenuados pelas renegociações estruturais de contratos de aluguéis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento no total do passivo e patrimônio líquido de 1,65% ou R\$ 55,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos prejuízos do exercício de 2021 e menores patamares nas rubricas “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para litígios e demandas judiciais”.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia refletiu uma redução de 2,26% ou R\$ 33,0 milhões, passando de R\$ 1.463,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.430,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à redução estrutural de estoques com menor saldo de fornecedores a pagar, redução de salários a pagar frente à redução de colaboradores e devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, conforme mencionados nos itens “Fornecedores”, “Salários, provisões e contribuições sociais” e “Arrendamentos a pagar” abaixo, respectivamente.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, os fornecedores da Companhia sofreram uma redução de 2,2% ou R\$ 8,0 milhões, passando de R\$ 366,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 358,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação está relacionada, principalmente, ao aumento de Fornecedores convênio.

Fornecedores convênio

Em 31 de dezembro de 2021, os fornecedores convênio da Companhia tiveram um aumento de 14,24% ou R\$ 15,3 mil, passando de R\$ 107,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 122,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, ao aumento de fornecedores em função da variação dos estoques aliado à maior adesão desses fornecedores ao convênio de antecipação junto às instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia classificados no passivo circulante tiveram uma redução de 11,31% ou R\$ 61,2 milhões, passando de R\$ 541,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 480,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função das novas captações ocorridas no exercício e, da mesma forma, ao alongamento das dívidas existentes.

Arrendamentos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021, os arrendamentos a pagar da Companhia sofreram um aumento de 3,77% ou R\$ 6,2 milhões, passando de R\$ 164,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 171,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, com alongamento do prazo dos contratos.

Salários, Provisões e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2021, os salários, provisões e contribuições sociais da Companhia tiveram um aumento de 12,07% ou R\$ 8,3 milhões, passando de R\$ 69,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 77,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função do reajuste salarial em função do dissídio e pagamento de horas extras.

Tributos a Recolher

Em 31 de dezembro de 2021, os tributos a recolher da Companhia tiveram um aumento de 20,47% ou R\$ 12,9 milhões, passando de R\$ 63,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 76,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, pela variação positiva de ICMS a pagar em função das vendas maiores em 2021 comparado a 2020.

Receita diferida

Em 31 de dezembro de 2021, a receita diferida da Companhia sofreu uma redução de 52,06% ou R\$ 8,7 milhões, passando de R\$ 16,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 8,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à apropriação dessas receitas ao resultado do exercício.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante da Companhia sofreu um aumento de 8,87% ou R\$ 80,9 milhões, passando de R\$ 912,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 993,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, pelos fatores descritos abaixo em “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para litígios e demandas judiciais”.

Empréstimos e financiamentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia tiveram um aumento de 25,48% ou R\$ 81,9 milhões, passando de R\$ 321,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 403,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função das novas captações ocorridas no exercício e também, ao alongamento das dívidas existentes.

Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, os arrendamentos a pagar da Companhia tiveram uma redução de 2,64% ou R\$ 11,1 milhões, passando de R\$ 419,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 408,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, devido à amortização de parcelas no período.

Provisão para litígios e demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para litígios e demandas judiciais da Companhia sofreu um aumento de 3,73% ou R\$ 21,2 milhões, passando de R\$ 125,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 146,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, pela atualização monetária de processos tributários e pela entrada de novos processos trabalhistas.

Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2021, as outras obrigações da Companhia tiveram uma redução de 72,33% ou R\$ 15,9 milhões, passando de R\$ 22,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 6,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à adequação ao cronograma de pagamento, passando parcelas do passivo não circulante para o passivo circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia refletiu um aumento de 0,77%, passando de R\$ 991,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 999,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 7,6 milhões. Essa variação reflete principalmente o prejuízo líquido durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$71,7, aumento em virtude do adiantamento para futuro aumento de capital social de R\$70,2 milhões e variação de operações com instrumentos financeiros de R\$ 6,7 milhões.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Ativo Circulante	1.787.275	53,07%	2.375.553	59,09%	-24,76%
Caixa e equivalentes de caixa	526.932	15,65%	725.498	18,05%	-27,37%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Títulos e valores mobiliários	388	0,01%	515	0,01%	-24,66%
Contas a receber de clientes	705.175	20,94%	872.491	21,70%	-19,18%
Estoques	274.877	8,16%	441.670	10,99%	-37,76%
Tributos a recuperar	180.988	5,37%	276.692	6,88%	-34,59%
Outros créditos	98.915	2,94%	58.687	1,46%	68,55%
Ativo Não circulante	1.580.379	46,93%	1.644.515	40,91%	-3,90%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.817	2,22%	69.525	1,73%	7,61%
Tributos a recuperar	560.554	16,65%	550.052	13,68%	1,91%
Depósitos judiciais	142.035	4,22%	133.404	3,32%	6,47%
Títulos e valores mobiliários	34.271	1,02%	57.011	1,42%	-39,89%
Imobilizado	133.326	3,96%	176.488	4,39%	-24,46%
Intangível	97.234	2,89%	109.919	2,73%	-11,54%
Ativo de direito de uso	538.142	15,98%	548.116	13,63%	-1,82%
TOTAL DO ATIVO	3.367.654	100,00%	4.020.068	100,00%	-16,23%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	1.463.232	43,45%	1.546.891	38,48%	-5,41%
Fornecedores	366.543	10,88%	427.221	10,63%	-14,20%
Fornecedores convênio	107.387	3,19%	108.077	2,69%	-0,64%
Empréstimos e financiamentos	541.497	16,08%	418.123	10,40%	29,51%
Arrendamentos a pagar	164.908	4,90%	262.179	6,52%	-37,10%
Salários, provisões e contribuições sociais	69.165	2,05%	105.875	2,63%	-34,67%
Tributos a recolher	63.214	1,88%	57.715	1,44%	9,53%
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar	18.358	0,55%	23.421	0,58%	-21,62%
Instrumentos financeiros	6.913	0,21%	1.081	0,03%	539,50%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	297	0,01%	9.203	0,23%	-96,77%
Receita diferida	16.714	0,50%	15.746	0,39%	6,15%
Outras obrigações	108.236	3,21%	118.250	2,94%	-8,47%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não circulante	912.499	27,10%	1.053.171	26,20%	-13,36%
Empréstimos e financiamentos	321.272	9,54%	531.768	13,23%	-39,58%
Arrendamentos a pagar	419.555	12,46%	307.433	7,65%	36,47%
Provisões para litígios e demandas judiciais	125.484	3,73%	145.015	3,61%	-13,47%
Receita diferida	24.157	0,72%	39.693	0,99%	-39,14%
Outras obrigações	22.031	0,65%	29.262	0,73%	-24,71%
Patrimônio Líquido	991.923	29,45%	1.420.006	35,32%	-30,15%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.367.654	100,00%	4.020.068	100,00%	-16,23%

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma redução no total do ativo de 16,2% ou R\$ 652,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia refletiu uma redução de 24,7% ou R\$ 588,2 milhões, passando de R\$ 2.375,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.787,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo nos itens “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber” e “Estoques”.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalente de caixas da Companhia apresentou uma redução de 27,4% ou R\$ 198,6 milhões, passando de R\$ 725,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 526,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao impacto da pandemia nos resultados da Companhia os quais foram em grande parte mitigados pela liberação de capital de giro.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a receber da Companhia sofreram uma redução de 19,2% ou R\$ 167,3 milhões, passando de R\$ 872,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 705,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à queda de vendas e oscilações nos níveis de inadimplência.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, os estoques da Companhia tiveram uma redução de 37,8% ou R\$ 166,8 milhões, passando de R\$ 441,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 274,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à estratégia de redução estrutural dos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

estoques, com o intuito de impulsionar as vendas mesmo frente à pandemia do Covid-19, e garantir uma importante liberação de capital de giro.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, os tributos a recuperar da Companhia sofreram uma redução de 34,6% ou R\$ 95,7 milhões, passando de R\$ 276,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 181,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pela compensação crédito fiscal de PIS/COFINS.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante da Companhia sofreu uma redução de 3,9% ou R\$ 64,1 milhões, passando de R\$ 1.644,5,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.580,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos abaixo, com destaque para os itens “Títulos e valores mobiliários” e “Imobilizado”.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos judiciais da Companhia tiveram um aumento de 6,5% ou R\$ 8,6 milhões, passando de R\$ 133,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 142,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido a atualização monetária de depósitos tributários.

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, os títulos e valores mobiliários da Companhia sofreram uma redução de 39,9% ou R\$ 22,7 milhões, passando de R\$ 57,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 34,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido às menores dívidas com garantia em cash-collateral, uma vez que houve amortização ou renegociação de grande parte de tais dívidas.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o imobilizado da Companhia sofreu uma redução de 24,5% ou R\$ 43,2 milhões, passando de R\$ 176,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 133,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao encerramento de lojas durante o período e pelos menores investimentos no período.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o intangível da Companhia teve uma redução de 11,5% ou R\$ 12,7 milhões, passando de R\$ 109,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 97,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido às maiores amortizações dos investimentos em *softwares*, e pelos menores investimentos no período.

Ativo de direito de uso

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo de direito de uso da Companhia sofreu uma redução de 1,8% ou R\$ 10,0 milhões, passando de R\$ 548,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 538,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido à amortização do período, atenuados pelas renegociações estruturais de contratos de aluguéis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma redução no total do passivo e patrimônio líquido de 16,2% ou R\$ 652,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido aos prejuízos do exercício de 2020 e menores patamares nas rubricas “Fornecedores” e “Empréstimos e financiamentos”.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia refletiu uma redução de 5,4% ou R\$ 83,7 milhões, passando de R\$ 1.546,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.463,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à redução estrutural de estoques com menor saldo de fornecedores a pagar, redução de salários a pagar frente à redução de colaboradores e devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, conforme mencionados nos itens “Fornecedores”, “Salários, provisões e contribuições sociais” e “Arrendamentos a pagar” abaixo, respectivamente.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, os fornecedores da Companhia sofreram uma redução de 14,2% ou R\$ 60,7 milhões, passando de R\$ 427,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 366,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução está relacionada, principalmente, à redução estrutural de estoques.

Fornecedores convênio

Em 31 de dezembro de 2020, os fornecedores convênio da Companhia tiveram uma redução de 0,6% ou R\$ 690 mil, passando de R\$ 108,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 107,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, sem flutuações expressivas.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia tiveram um aumento de 29,5% ou R\$ 123,3 milhões, passando de R\$ 418,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 541,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, em função de (i) necessidade de capital de giro da Companhia, frente aos impactos causados pela pandemia do Covid-19, e (ii) reclassificação do não circulante para o circulante da dívida relativo às notas promissória com o Banco Safra no valor de R\$60,9 milhões, em função da não manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA em até 3,5 vezes.

Arrendamentos a Pagar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos a pagar da Companhia sofreram uma redução de 37,1% ou R\$ 97,3 milhões, passando de R\$ 262,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 164,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, com alongamento do prazo dos contratos.

Salários, Provisões e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2020, os salários, provisões e contribuições sociais da Companhia tiveram uma redução de 34,7% ou R\$ 36,7 milhões, passando de R\$ 105,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 69,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, em função da redução de colaboradores e reorganização de posições.

Tributos a Recolher

Em 31 de dezembro de 2020, os tributos a recolher da Companhia tiveram um aumento de 9,5% ou R\$ 5,5 milhões, passando de R\$ 57,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 63,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, pela compensação de impostos ocorridos em janeiro de 2021, sendo que em 31 de dezembro de 2019 alguns impostos foram compensados contabilmente no próprio exercício.

Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, os aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar da Companhia sofreram uma redução de 21,6% ou R\$ 5,0 milhões, passando de R\$ 23,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 18,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido às renegociações efetuadas pela Companhia juntos aos proprietários dos imóveis, além do encerramento de lojas durante o período.

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros tiveram um aumento de 539,5% ou R\$ 5,8 milhões, passando de R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 6,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento do dólar durante o período.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social a pagar da Companhia teve uma redução de 96,8% ou R\$ 8,9 milhões, passando de R\$ 9,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 297 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, em virtude do prejuízo tributável obtido pela Companhia e suas controladas em 2020, quando comparado a 2019.

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2020, as outras obrigações da Companhia refletiram uma redução de 8,5% ou R\$ 10,0 milhões, passando de R\$ 118,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 108,2 milhões em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo pagamento de R\$10,8 milhões de honorários advocatícios e menores valores de comissões de celulares vendidos em parceria com empresa terceira.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante da Companhia sofreu uma redução de 13,4% ou R\$ 140,7 milhões, passando de R\$ 1.053,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 912,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pelos fatores descritos abaixo em “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para litígios e demandas judiciais”.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia tiveram uma redução de 39,6% ou R\$ 210,5 milhões, passando de R\$ 531,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 321,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, em função de (i) vencimentos de dívidas de curto prazo comparadas a 2019, e (ii) reclassificação do não circulante para o circulante da dívida relativo às notas promissória com o Banco Safra no valor de R\$60,9 milhões, em função da não manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA em até 3,5 vezes.

Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos a pagar da Companhia tiveram um aumento de 36,5% ou R\$ 112,1 milhões, passando de R\$ 307,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 419,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, com alongamento do prazo dos contratos.

Provisão para litígios e demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para litígios e demandas judiciais da Companhia sofreram uma redução de 13,5% ou R\$ 19,5 milhões, passando de R\$ 145,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 125,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pela suspensão da liminar em função da reforma da decisão que declara que a Companhia não tem o direito de excluir o PIS e COFINS da sua própria base. Consequentemente, a Companhia efetuou a compensação de tais valores durante o segundo trimestre de 2020. Tal redução foi parcialmente atenuada pela atualização monetária de processos tributários.

Receita diferida

Em 31 de dezembro de 2020, a receita diferida da Companhia sofreu uma redução de 39,1% ou R\$ 15,5 milhões, passando de R\$ 39,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 24,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à apropriação dessas receitas ao resultado do período, tendo em vista que não houve aquisição de novas operações com receita diferida.

Outras obrigações

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, as outras obrigações da Companhia tiveram uma redução de 24,7% ou R\$ 7,2 milhões, passando de R\$ 29,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 22,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à adequação ao cronograma de pagamento, passando parcelas do passivo não circulante para o passivo circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia refletiu uma redução de 30,1%, passando de R\$ 1.420,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 991,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 428,1 milhões. Essa redução reflete principalmente o prejuízo líquido durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Ativo Circulante	2.375.553	59,09%	1.982.028	62,70%	19,85%
Caixa e equivalentes de caixa	725.498	18,05%	396.735	12,50%	82,87%
Títulos e valores mobiliários	515	0,01%	1.029	0,00%	-49,95%
Instrumentos financeiros	-	0,00%	-	0,00%	n.s.
Contas a receber de clientes	872.491	21,70%	750.897	23,70%	16,19%
Estoques	441.670	10,99%	361.299	11,40%	22,25%
Tributos a recuperar	276.692	6,88%	348.143	11,00%	-20,52%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	0,00%	71.115	2,20%	n.s.
Outros créditos	58.687	1,46%	52.810	1,70%	11,13%
Ativo Não circulante	1.644.515	40,91%	1.180.074	37,30%	39,36%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.525	1,73%	70.344	2,20%	-1,16%
Tributos a recuperar	550.052	13,68%	548.129	17,30%	0,35%
Depósitos judiciais	133.404	3,32%	123.790	3,90%	7,77%
Títulos e valores mobiliários	57.011	1,42%	96.703	3,10%	-41,05%
Imobilizado	176.488	4,39%	223.640	7,10%	-21,08%
Intangível	109.919	2,73%	117.468	3,70%	-6,43%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo de direito de uso	548.116	13,63%	-	0,00%	n.s.
TOTAL DO ATIVO	4.020.068	100,00%	3.162.102	100,00%	27,13%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	1.546.891	39,48%	1.375.009	43,48%	12,50%
Fornecedores	427.221	10,63%	362.763	11,47%	17,77%
Fornecedores convênio	108.077	2,69%	127.460	4,03%	-15,21%
Empréstimos e financiamentos	418.123	10,40%	371.389	11,75%	12,58%
Arrendamentos a pagar	262.179	6,52%	-	-	n.s.
Salários, provisões e contribuições sociais	105.875	2,63%	78.925	2,50%	34,15%
Tributos a recolher	57.715	1,44%	64.489	2,04%	-10,50%
Partes relacionadas	0	0,00%	667	0,02%	-1
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar	23.421	0,58%	31.564	1,00%	-25,80%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	0,00%	6.736	0,21%	n.s.
Instrumentos financeiros	1.081	0,03%	1.723	0,05%	-37,26%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.203	0,23%	152.362	4,82%	-93,96%
Receita diferida	15.746	0,39%	15.923	0,50%	-1,11%
Outras obrigações	118.250	2,94%	161.008	5,09%	-26,56%
Passivo Não circulante	1.012.863	25,20%	813.442	25,72%	24,52%
Empréstimos e financiamentos	531.768	13,23%	644.942	20,40%	-17,55%
Arrendamentos a pagar	267.125	6,64%	-	-	n.s.
Provisões para litígios e demandas judiciais	145.015	3,61%	113.201	3,58%	28,10%
Receita diferida	39.693	0,99%	55.299	1,75%	-28,22%
Outras obrigações	29.262	0,73%	-	-	n.s.
Patrimônio Líquido	1.420.006	35,32%	973.651	30,79%	45,84%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.020.068	100,00%	3.162.102	100,00%	27,13%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento no total do ativo de 27,1% ou R\$ 858,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia teve um aumento de 19,8% ou R\$ 393,5 milhões, passando de R\$ 1.982,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.374,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de capital realizado em dezembro de 2019 e à variação em contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalente de caixas da Companhia teve um aumento de 82,9% ou R\$ 328,8 milhões, passando de R\$ 396,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 725,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de capital realizado em dezembro de 2019.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber da Companhia tiveram um aumento de 16,2% ou R\$ 121,6 milhões, passando de R\$ 750,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 872,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de fluxo em lojas e maiores vendas durante todo o ano.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019, os estoques da Companhia tiveram um aumento de 22,2% ou R\$ 80,4 milhões, passando de R\$ 361,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 441,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido às melhores coleções, o que aumenta o custo médio do produto e de mudança na composição da pirâmide de preços.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, os tributos a recuperar da Companhia sofreram uma redução de 20,5% ou R\$ 71,5 milhões, passando de R\$ 348,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 276,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, pela compensação crédito fiscal de PIS/COFINS.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante da Companhia teve um aumento de 39,4% ou R\$ 464,4 milhões, passando de R\$ 1.180,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.644,5,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2019.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2019, os depósitos judiciais da Companhia tiveram um aumento de 7,8% ou R\$ 9,6 milhões, passando de R\$ 123,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 133,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido a rescisões de contrato de trabalho e maiores depósitos trabalhistas.

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019, os títulos e valores mobiliários da Companhia sofreram uma redução de 41,0% ou R\$ 39,7 milhões, passando de R\$ 96,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 57,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, devido às menores dívidas com garantia em cash-collateral, uma vez que houve amortização de grande parte de tais dívidas.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado da Companhia sofreu uma redução de 21,1% ou R\$ 47,2 milhões, passando de R\$ 223,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 176,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao fechamento de lojas durante o período, o qual ocorreu em decorrência do Projeto *Rightsizing*, conforme descrito anteriormente, e pelos menores investimentos no período.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2019, o intangível da Companhia refletiu uma redução de 6,4% ou R\$ 7,5 milhões, passando de R\$ 117,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 109,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, devido às maiores amortizações dos investimentos em softwares.

Ativo de direito de uso

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo de direito de uso da Companhia totalizou R\$ 548,1 milhões. Já em 31 de dezembro de 2018, não havia saldo registrado nessa rubrica. Esse aumento ocorreu devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, o qual levou à constituição dessa rubrica no balanço da Companhia. Para mais informações sobre o IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento no total do passivo e patrimônio líquido de 27,1% ou R\$ 858,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 e demais fatores destacados nas linhas abaixo.

Passivo circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia teve um aumento de 12,5% ou R\$ 171,9 milhões, passando de R\$ 1.375,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.546,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, destacada na rubrica “Arrendamentos a pagar” e demais fatores destacados nas linhas “Empréstimos e financiamentos” e “Salários, provisões e contribuições sociais”.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, os fornecedores da Companhia tiveram um aumento de 17,8% ou R\$ 64,5 milhões, passando de R\$ 362,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 427,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, em função da maior qualidade das coleções, o que impacta no custo médio do produto.

Fornecedores convênio

Em 31 de dezembro de 2019, os fornecedores convênio da Companhia sofreram uma redução de 15,2% ou R\$ 19,4 milhões, passando de R\$ 127,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 108,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, em função do aumento das antecipações a fornecedores com o próprio caixa da Companhia, reduzindo tais operações com instituições financeiras.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, os fornecedores da Companhia tiveram um aumento de 12,6% ou R\$ 46,7 milhões, passando de R\$ 371,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 418,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, em função do vencimento da 4ª emissão de debêntures durante 2020.

Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos a pagar da Companhia totalizaram R\$ 262,2 milhões. Já em 31 de dezembro de 2018, não havia saldo registrado nessa rubrica. Esse aumento ocorreu, devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, o qual levou à constituição dessa rubrica no balanço da Companhia. Para mais informações sobre o IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Salários, provisões e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2019, os salários, provisões e contribuições sociais da Companhia tiveram um aumento de 34,1% ou R\$ 26,9 milhões, passando de R\$ 78,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 105,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, em função das maiores remunerações variáveis reconhecidas no período.

Tributos a recolher

Em 31 de dezembro de 2019, os tributos a recolher da Companhia sofreram uma redução de 10,5% ou R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

6,8 milhões, passando de R\$ 64,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 57,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, pela compensação de imposto sobre lucro recolhido durante o ano.

Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, os aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar da Companhia tiveram uma redução de 25,8% ou R\$ 8,1 milhões, passando de R\$ 31,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 23,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao fechamento de lojas durante o período.

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos financeiros sofreram uma redução de 37,3% ou R\$ 0,6 milhão, passando de R\$ 1,7 milhão em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à variação positiva do dólar durante o período.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social a pagar da Companhia sofreram uma redução de 94,0% ou R\$ 143,2 milhões, passando de R\$ 152,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 9,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, uma vez que com o reconhecimento de créditos fiscais no resultado de 2018, e consequente lucro líquido, houve maior constituição de impostos a pagar. A partir da homologação de tais créditos pela Receita Federal, em março de 2019, a Companhia realizou o pagamento desses impostos via compensação de créditos.

Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2019, as outras obrigações da Companhia tiveram uma redução de 26,6% ou R\$ 42,8 milhões, passando de R\$ 161,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 118,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo reconhecimento de obrigação na rubrica de "Outras obrigações" no passivo não-circulante, em função da adequação ao cronograma de pagamento.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante da Companhia teve um aumento de 24,5% ou R\$ 199,4 milhões, passando de R\$ 813,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.012,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, destacada na rubrica "Arrendamentos a pagar" e demais fatores destacados em "Outras obrigações".

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos da Companhia refletiram uma redução de 17,6% ou R\$ 113,2 milhões, passando de R\$ 644,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 531,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao menor nível de captações em 2019.

Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos a pagar da Companhia totalizaram R\$ 267,1 milhões. Já em 31 de dezembro de 2018, não havia saldo registrado nessa rubrica. Esse aumento ocorreu, devido à adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, o qual levou à constituição dessa rubrica no balanço da Companhia. Para mais informações sobre o IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Provisão para litígios e demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para litígios e demandas judiciais da Companhia tiveram um aumento de 28,1% ou R\$ 31,8 milhões, passando de R\$ 113,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 145,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, pela Companhia ter sido cientificada, notificada e/ou citada em novas demandas de natureza judicial ou administrativa, ou seja, processos, cuja classificação de risco é provável.

Receita diferida

Em 31 de dezembro de 2019, a receita diferida da Companhia refletiu uma redução de 28,2% ou R\$ 15,6 milhões, passando de R\$ 55,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 39,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à apropriação dessas receitas ao resultado do período, tendo em vista que não houve aquisição de novas operações com receita diferida.

Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2019, as outras obrigações da Companhia totalizaram R\$ 29,3 milhões. Já em 31 de dezembro de 2018, não havia saldo registrado nessa rubrica. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à adequação ao cronograma de pagamento, conforme descrito em “Outras obrigações” no passivo circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia teve um aumento de 45,8%, passando de R\$ 973,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.420,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 446,3 milhões. Esse aumento reflete principalmente o aumento de capital realizado pela Companhia em dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	4.457	107.010	-95,83%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-123.891	-24.285	410,15%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-145.524	-281.291	-48,27%
Redução no caixa e equivalentes de caixa	-264.958	-198.566	33,44%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, houve uma redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$ 265,0 milhões, comparado a uma redução no caixa e equivalentes de caixa de R\$ 198,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, pela recomposição de estoques e recebíveis com retomada de atividades no varejo ao longo de 2021, que resultou em uma maior demanda de capital de giro, além da retomada de investimentos ao longo do ano.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais apresentou uma redução de R\$ 102,6 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de uma geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 107,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 4,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência do aumento nas contas de estoques e contas a receber, conforme explicado no parágrafo anterior.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R\$ 99,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de R\$ 24,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 123,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência dos maiores investimentos em ativo imobilizado e intangível.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma variação de R\$ 135,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de uma aplicação de caixa de R\$ 281,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma aplicação de caixa de R\$ 145,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, pelo aumento de captações de empréstimos no período, além de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$70,2 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital/aumento de capital social da Companhia, concluído em fevereiro de 2022.

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	129.877	155.967	-16,73%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-47.152	-59.961	-21,36%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-281.291	232.757	-220,85%
Redução no caixa e equivalentes de caixa	-198.566	328.763	-160,40%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$ 198,6 milhões, comparado a um aumento no caixa e equivalentes de caixa de R\$ 328,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se, principalmente, que em dezembro de 2019, a Companhia realizou um aumento de capital de R\$ 550 milhões, o que possibilitou importante desalavancagem financeira da Companhia, assim como melhoria na sua estrutura de capital de giro, em conjunto com a redução de caixa oriundo das atividades operacionais.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais apresentou uma redução de R\$ 26,1 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de uma geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 156,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 129,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência do prejuízo líquido apurado em 2020, assim como da redução na linha de fornecedores, estoques e contas a receber.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou uma redução de R\$ 12,8 milhões ou redução de 21,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$60,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 47,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência dos menores investimentos em ativo imobilizado e intangível.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma variação de R\$ 514,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de uma geração de caixa de R\$ 232,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma aplicação de caixa de R\$ 281,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, que em dezembro de 2019, a Companhia realizou um aumento de capital de R\$ 550 milhões, o que possibilitou importante desalavancagem financeira da Companhia, assim como melhoria na sua estrutura de capital de giro.

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	215.292	83.203	158,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(59.961)	(47.449)	-26,4%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	173.432	(96.553)	n.s.
Redução no caixa e equivalentes de caixa	328.763	(60.799)	n.s.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$ 328,8 milhões, comparado a uma redução no caixa e equivalentes de caixa de R\$ 60,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, ao aumento de capital ocorrido ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais apresentou uma variação de R\$ 215,3 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de uma geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 83,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 215,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência do impacto positivo de resgate de garantias em *cash-collateral*, assim como da redução na linha de fornecedores.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R\$ 12,5 milhões ou 26,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de R\$47,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 60,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência dos maiores investimentos em ativo imobilizado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de R\$ 270,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de uma aplicação de caixa de R\$ 96,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma geração de caixa de R\$ 173,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência das menos captações de empréstimos no período, além do aumento de capital realizado em dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Administração entende que a receita operacional da Companhia é diretamente afetada por inúmeros fatores, incluindo aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país e a taxa de desemprego da população, o que impacta diretamente as vendas nos segmentos da Companhia atua. Além disso, diversos outros fatores podem afetar a receita da Companhia, como o aumento da concorrência em seus mercados, a capacidade de pagamento dos clientes e o aumento dos custos dos insumos.

Após um 2019 com crescimento de vendas em todos os trimestres, definindo um ponto de inflexão em relação aos cinco anos anteriores, iniciamos na **Marisa Loja S/A** um ano de 2020 com indicações de que tal recuperação continuaria avançando de forma vigorosa, consolidando assim seu *TURNAROUND* iniciado em 2018.

Em 2020, o avanço da pandemia da COVID-19, no entanto, fez com que a Companhia fechasse todas as suas lojas físicas a partir de março, o que impactou nossa retomada. Apesar do impacto da pandemia nas nossas vendas e, principalmente, operações de lojas, conseguimos avançar em vários projetos estratégicos como, por exemplo, nossa agenda Digital, ao longo de 2020 e 2021.

Projetos relacionados ao fortalecimento da cultura corporativa e melhorias no produto e na experiência do cliente em todos os pontos de contato continuaram sendo trabalhados. Lançamos um novo modelo de loja, privilegiando a interação digital e a omnicanalidade, hoje comprovadamente bem-sucedido e pronto para *rollout*, e a pauta digital avançou de forma acelerada, tendo alcançado importante marcos, conforme abaixo:

- **CRESCIMENTO DE VENDAS** de 12,1% a.a. nas plataformas digitais em 2021, representando 9,6% das vendas totais do varejo no 4o. trimestre, o que totaliza 12,5% no ano de 2021 (contra 13,4% de 2020);
- **ACELERAÇÃO DO APP**, que atingiu 13 milhões de downloads e representou 62% das vendas do segmento Digital no 4T21.
- **LANÇAMENTO DO Mbank**, com a digitalização dos produtos existentes, a caminho do lançamento da conta digital e ampliação da oferta de produtos financeiros.
- **IMPLANTAÇÃO DO CONCEITO DARK STORE**, em São Paulo e Minas Gerais. A dark-store de São Paulo reduziu em 40% o prazo de entrega para a nossa cliente em São Paulo (de 3,0 Para 1,8 dias) e em 20% o custo de frete.
- **CONSOLIDAÇÃO DO SHIP FROM STORE E CLICK AND COLLECT**, com o *ship from* ativo em 62 lojas e o cliquei e retire disponível em 100% do nosso parque de lojas.
- **LANÇAMENTO DO MARKETPLACE IN**, em novembro 2021 e atingindo 6% das vendas Digital e ultrapassando 10.000 produtos de 16 parceiros ativos em fevereiro 2022.
- **LANÇAMENTO EM SETEMBRO DO “UNIVERSO M”** com ofertas integradas dentro do nosso APP, atingimos quase 11 milhões de acessos (com média de 2 milhões de acessos por mês nos últimos 3 meses). Em fevereiro 2022, batemos o recorde de acessos em post único do Universo M desde o lançamento.
- **RELANÇAMENTO DO PROGRAMA “SOU SÓCIA”** em fevereiro de 2022, integrado ao APP Marisa que, em pouco mais de 1 ano, acumula 31,9 mil sócias cadastradas.

Além da estratégia digital da Companhia, em 2021, avançamos com nossa estratégia de melhoria proposta de valor

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

comercial que incluíram uma evolução significativa no nosso programa de relacionamento com fornecedores e melhorias no mix e qualidade de produtos ofertados. Essa estratégia combinada principalmente à gestão de estoque mais eficiente, nos permitiu reduzir significativamente o nível de remarcação de produtos e melhorar gradativamente a performance de vendas.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram e continuarão a ser influenciados pelos seguintes principais fatores:

- crescimento real do produto interno bruto (PIB) e poder de compra dos consumidores;
- inflação;
- taxa de câmbio;
- comportamento de compra do consumidor;
- sazonalidade;
- clima; e
- reflexos da pandemia do Covid-19 devido ao fechamento de lojas e queda de fluxo em lojas com reabertura e retomada gradual das atividades nos anos de 2020 e 2021.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia entende que o fator determinante da variação da receita operacional líquida do varejo, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi o menor fluxo em de clientes em lojas, o aumento da inflação e desemprego, que consequentemente impactou a confiança do consumidor (principalmente o público-alvo da Companhia). Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o impacto negativo decorreu dos impactos causados pela pandemia da COVID-19, conforme mencionado anteriormente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve variações significativas de receitas que são diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, abertura e fechamento de lojas, bem como alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida do negócio de varejo obteve aumento de 20,7% ante o mesmo período de 2020, alcançando R\$20.014,4 milhões, devido principalmente a retomada de atividades ao longo do ano, apesar dos reflexos da pandemia do Covid-19 e lojas fechadas no período e restrição de horário ainda no início de 2021. No conceito mesmas lojas, a receita líquida do varejo apresentou aumento de 21,6% no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida do negócio de varejo obteve diminuição de 26,0% ante o mesmo período de 2019, alcançando R\$ 1.669,5 milhões, devido principalmente ao menor fluxo em lojas, em função dos reflexos da pandemia do Covid-19 e lojas fechadas no período e restrição de horário. No conceito mesmas lojas, a receita líquida do varejo apresentou redução de 24,3% no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida do negócio de varejo obteve aumento de 4,3% ante o mesmo período de 2018, alcançando R\$ 2.255,9 milhões, devido principalmente ao maior fluxo em lojas, em função das coleções mais aderentes ao perfil de cliente da Companhia, à melhor precificação dos produtos da Companhia e à realização de um marketing mais assertivo. No conceito mesmas lojas, o resultado operacional apresentou aumento de 7,0% no período.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A taxa de câmbio pode impactar entre 20% e 30% de nossos custos uma vez que a Companhia importa mercadorias para

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

revenda. Além desta relação direta, nossos fornecedores nacionais também importam insumos ou têm seus insumos cotados em moedas internacionais, tais como o algodão e fios sintéticos. A fim de mitigar tais impactos, a companhia possui a prática de hedge de importados, nos termos definidos em sua Política de Risco. Para mais informações sobre a Política de Risco da Companhia, ver item 5.2 do Formulário de Referência.

Uma variação na taxa de juros, por sua vez, impacta nosso resultado financeiro líquido, uma vez que o serviço da dívida está majoritariamente indexado às variações da taxa CDI, conforme demonstrado no item 10.1(f) do Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Todas as informações relevantes foram divulgadas das demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Para as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia informa que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, as mudanças significativas estão destacadas abaixo:

CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Em 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma IFRS 15 / CPC 47, a qual substituiu todos os requisitos anteriores referentes ao reconhecimento de receita. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflète a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas da Companhia decorrem de três segmentos operacionais: (i) atuação nos segmentos varejistas de artigos de vestuários em geral e outros próprios de lojas de departamentos; (ii) oferta de produtos e prestação de serviços financeiros através da administração de cartões de crédito próprio (modalidades de *private label* e *co-branded*); e (iii) empréstimos pessoais através da controlada Sax.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15 / CPC 47.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros, tendo substituído o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluindo que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio do resultado.

Cumprе ressaltar que o CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. A Companhia avaliou as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes. Como impacto do novo modelo de perdas por redução ao valor recuperável, temos que, para ativos no escopo do modelo de perdas do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de valor recuperável devem aumentar e se tornar mais voláteis. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para os clientes das modalidades de cartão de crédito e empréstimo pessoal.

NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamento

O NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 - Arrendamento Mercantil estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do NBC TG 06 (R3). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor”, por exemplo, computadores pessoais e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Além disso, os efeitos no

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

fluxo de caixa são representados na operação de financiamento e operacionais, através da amortização de principal e juros respectivamente.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia informa que não houve efeitos significativos em decorrência das alterações nas práticas contábeis.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia informa que não houve efeitos significativos em decorrência das alterações nas práticas contábeis, exceto pela adoção do CPC 48 / IFRS 9, cujos efeitos no balanço patrimonial estão apresentados abaixo:

(em R\$ mil)	Conforme apresentado em 31/12/2017	Ajustes IFRS 9 / CPC 48	Valores com adoção do CPC 48 / IFRS 9 em 01/01/2018
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	457.534	-	457.534
Títulos e valores mobiliários	970	-	970
Contas a receber de clientes	800.797	(7.435)	793.362
Estoques	418.384	-	418.384
Partes relacionadas	504	-	504
Impostos a recuperar	28.788	-	28.788
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	69.477	-	69.477
Outros créditos	70.858	-	70.858
Total do Ativo Circulante	1.847.312	(7.435)	1.839.877
Ativo Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	407.407	2.427	409.834
Impostos a recuperar	2.199	-	2.199
Depósitos judiciais	106.480	-	106.480
Títulos e valores mobiliários	22.312	-	22.312
Total do realizável a longo prazo	538.398	2.427	540.825
Investimentos	12.173	-	12.173
Imobilizado	311.696	-	311.696
Intangível	123.153	-	123.153
Total do Ativo Não Circulante	985.420	2.427	987.847
TOTAL DO ATIVO	2.832.732	(5.008)	2.827.724

(em R\$ mil)	Conforme apresentado em 31/12/2017	Ajustes IFRS 9 / CPC 48	Valores com adoção do CPC 48 / IFRS 9 em 01/01/2018
Passivo Circulante			
Fornecedores	327.727	-	327.727
Fornecedores convênio	25.863	-	25.863
Empréstimos e financiamentos	581.751	-	581.751
Salários, provisões e contribuições sociais	82.428	-	82.428

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(em R\$ mil)	Conforme apresentado em 31/12/2017	Ajustes IFRS 9 / CPC 48	Valores com adoção do CPC 48 / IFRS 9 em 01/01/2018
Impostos a recolher	90.595	-	90.595
Aluguéis a pagar	27.800	-	27.800
Instrumentos financeiros	31.495	-	31.495
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20.939	-	20.939
Receita diferida	19.800	-	19.800
Outras obrigações	65.859	-	65.859
Total do Passivo Circulante	1.274.257	-	1.274.257
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	422.474	-	422.474
Provisões para litígios e demandas judiciais	98.759	-	98.759
Receita diferida	77.602	-	77.602
Total do Passivo Não Circulante	598.835	-	598.835
Patrimônio Líquido			
Capital Social	899.597	-	899.597
Reserva de lucros	117.008	-	117.008
Reserva de capital	2.940	-	2.940
Ajuste de avaliação patrimonial	533	-	533
Prejuízos acumulados	(60.438)	(5.008)	(65.446)
Total do Patrimônio Líquido	959.640	(5.008)	954.632
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.832.732	(5.008)	2.827.724

Além disso, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a adotar o NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, o qual introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, de modo que o arrendatário passou a reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor estão isentos desse reconhecimento. Em relação ao arrendador, a contabilidade permanece semelhante à norma atual, de modo que os arrendadores continuam a classificar os seus arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Como impacto do NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 na demonstração de resultado temos que a depreciação do ativo e as despesas financeiras do passivo passarão a ser reconhecidas na demonstração de resultado, diferentemente do que era anteriormente, em que o reconhecimento ocorria na despesa operacional de arrendamento.

Em relação ao balanço, apresentamos abaixo os impactos do NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 no balanço patrimonial da Companhia:

Direito de uso

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A administração da Companhia optou por utilizar um expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	Consolidado (em R\$ mil)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
(+) Adoção inicial – NBC TG 06 (R3) / IFRS 16	657.100
Saldo em 1º de janeiro de 2019	657.100
(+/-) Remensuração	100.510
(+) Depreciação Acumulada	(209.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	548.116

Arrendamentos a pagar

Dos contratos que foram escopo da norma, a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos. Os fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento foram estimados líquidos de PIS e COFINS, com base nos valores de créditos que a Companhia espera obter de créditos desses impostos e ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a Controlada se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pelas empresas do Grupo.

Descrição	Média taxa anual	Vencimento
Locação de imóveis	9,52%	até 3 anos
Locação de imóveis	8,54%	até 6 anos
Locação de imóveis	9,74%	até 9 anos

	Consolidado (em R\$ mil)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
(+) Adoção inicial – NBC TG 06 (R3) / IFRS 16	657.100
Saldo em 1º de janeiro de 2019	657.100
(+) Juros incorridos	41.854
(+) Pagamentos	(229.852)
(-) Remensuração	100.510
Saldo em 31 de dezembro de 2019	569.612

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve quaisquer ressalvas e ênfases nos pareceres dos auditores independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores entendem que as práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte dos Diretores, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Diretores adotam variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pelos Diretores no curso ordinário dos negócios da Companhia, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos nossos ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como os Diretores formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, os Diretores incluíram comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa e empréstimos pessoais são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a eventual perda efetiva pelo seu não pagamento.

Com base nos níveis históricos de inadimplência, aplica-se um percentual para cada faixa dos valores vencidos. Com a implementação do IFRS 9 / CPC 48, tal critério vem sendo ampliado com a consideração de novos parâmetros incluindo avaliação por grupos homogêneos, além da inclusão dos limites dos saldos disponíveis aos clientes, de forma a obter a perda esperada de créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para desvalorização e obsolescência dos estoques

A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no período com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

Com relação à obsolescência e baixa rotatividade, a Companhia realiza uma avaliação dos itens sem movimentação acima de um ano, além de análise qualitativa para identificação quanto aos itens obsoletos das suas coleções, e com base nessa avaliação, constitui uma provisão para obsolescência.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A administração da Companhia utiliza como base as informações de seus assessores jurídicos para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até a data de divulgação das demonstrações financeiras. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A administração da Companhia avalia periodicamente, com base na expectativa de lucros futuros, a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base em tal avaliação é definido o parâmetro e horizonte de amortização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido existente, bem como a constituição dos créditos de impostos diferidos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exercer o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) descrição dos ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(iv) contratos de construção não terminada

Não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social e ao período corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2020, a Companhia realizou investimentos em aquisições de imobilizado e ativo intangível que totalizaram R\$47,2 milhões, tendo sido realizados investimentos na ampliação das plataformas digitais e/ou remodelagem de lojas existentes e na melhora dos sistemas e equipamentos de tecnologia e/ou equipamentos logísticos, entre outros.

Em 2021, a Companhia estima investir R\$ 130,1 milhões em novas lojas / reformas de lojas existentes, estratégia digital e demais investimentos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia acredita que as suas fontes de financiamento utilizadas são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, pois a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia está desenvolvendo um Marketplace próprio que será disponibilizado e implementado a seus clientes por meio de um aplicativo (APP). Além disso, a Companhia está desenvolvendo um projeto para modernizar suas operações de Financial Services, com uma revitalização de seu portfólio incluindo a atualização e digitalização dos atuais produtos, com destaque à “Conta Digital”.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia não possui informações a prestar sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.